



SETE ANOS DO REAL

Estabilidade, Crescimento
e Desenvolvimento Social

Brasil. Presidente (1999-2002: F.H. Cardoso)
7 Anos do Real. Estabilidade,
Crescimento e Desenvolvimento Social.
— Brasília:
Presidência da República, 2001.
103 p.: il. — (Coleção Documentos da
Presidência da República)
1. Plano Real — Brasil . 2. Política
Econômica — Brasil. I. Título. II. Série

CDD 330.981

Índice

Apresentação; 5

I. Economia

Inflação; 17

Crescimento; 19

Agricultura; 23

Emprego e Renda; 25

Setor Externo; 29

Ciência e Tecnologia; 36

Meio Ambiente; 40

Energia; 43

Petróleo e Gás; 49

Telecomunicações; 51

Transportes; 55

II. Social

Educação; 59

Cultura; 65

Saúde; 71

Previdência Social; 76

Assistência Social; 80

Redução da Pobreza; 85

Plano Nacional de Segurança Pública; 90

A Reforma do Estado; 94

Reforma Agrária; 99

Coleção Documentos da Presidência da República; 101



Apresentação

Os sete anos do Plano Real mudaram o Brasil. Nossos desafios continuam imensos, mas estamos em condições muito melhores para enfrentá-los. Construimos uma economia sólida e desenvolvemos programas sociais eficazes.

O Plano Real tornou possível promover árdua luta contra a exclusão social em nosso país.

Os programas sociais, antes canalizados sobretudo para a assistência dos mais ricos, hoje se dirigem aos mais necessitados. Era alarmante o efeito concentrador de renda dos gastos sociais no Brasil no início dos anos 90, quando distribuíamos 21% dos recursos aplicados na área social para os 20% mais ricos da população.

Viramos a página da história chamada assistencialismo. Com a despolitização dos projetos sociais, criamos na área social novas pontes entre o esforço indispensável do governo e a iniciativa essencial da sociedade. Na luta contra a exclusão social no Brasil, o muito que fizemos desde 1995 ainda é pouco. São cinco séculos de exclusão. É uma herança histórica de injustiça alimentada por escravidão, latifúndio, industrialização concentradora de renda e autoritarismo político socialmente excludente.

A primeira forma de luta contra a exclusão foi a estabilização econômica, com o abandono de quatro décadas de cultura inflacionária. Com o Plano Real, desmontamos a ciranda da inflação, efetuamos a passagem do Estado empresário ao Estado regulador, reestruturamos o sistema financeiro e consolidamos o ajuste fiscal. A estabilização distribuiu a renda que a inflação havia concentrado. Assim, provamos que a boa gestão



macroeconômica não é incompatível com a melhoria da situação social.

A segunda forma de luta contra a exclusão é o crescimento econômico, com aumento da produção e do emprego.

Uma importante razão para o crescimento econômico logo após o lançamento do Real foi o aumento do poder de compra dos assalariados associado à queda da inflação. Enquanto no início do Plano, em 1º de julho de 1994, um salário mínimo comprava o correspondente a 60% de uma cesta básica hoje compra 123%.

Ingressamos em uma era de estabilização, de crescimento e de distribuição de renda, e abandonamos o círculo vicioso da recessão, da inflação e da concentração de renda.

Nos sete anos de vigência do Plano Real, tivemos que enfrentar um quadro internacional adverso, com a emergência de três crises econômicas internacionais de graves proporções (mexicana, asiática e russa). Em janeiro de 1999, a mudança na política cambial surge como novo desafio à estabilização. Mas conseguimos superá-lo, pois não se concretizaram as previsões pessimistas de elevada inflação e recessão generalizada.

A taxa básica de juros atingiu o elevado patamar de 45%, mas foi reduzida gradualmente até o nível de 15,75% no final de 2000. Fechamos o ano com a mais baixa taxa de juros real da década, embora a conjuntura tenha obrigado a novos aumentos em 2001.

Apesar do impacto dessas crises, o crescimento econômico médio nos seis últimos anos, da ordem de 2,9% do PIB, foi superior ao dos seis anos imediatamente anteriores, da ordem de 0,6% do PIB.

Tão importante quanto esses resultados é a qualidade do novo crescimento. Este se dá em bases sólidas e



estáveis, com produção em alta, inflação em baixa e elevados investimentos estrangeiros diretos. Em 2000, as inversões externas alcançaram US\$ 32 bilhões, mais do que suficientes para financiar o déficit em conta corrente, e corresponderam a 16 vezes o ocorrido em 1994, quando atingiram apenas US\$ 2 bilhões.

O comércio exterior revelou déficits decrescentes nos últimos anos. De um elevado déficit de US\$ 6,6 bilhões em 1998, passamos para um nível substancialmente menor, de US\$ 1,2 bilhão, em 1999, e para US\$ 690 milhões no ano 2000. As expectativas de superávit comercial nesse último ano não se materializaram por um conjunto de circunstâncias: queda nos preços das “*commodities*” exportadas; elevação acentuada das cotações do petróleo; permanência do protecionismo nos países desenvolvidos, e pressão sobre as importações, derivada do crescimento de 4,6% do PIB.

O Programa Nacional de Desestatização contribuiu de forma significativa para a modernização de setores-chave, como o de telecomunicações, para o financiamento do déficit em conta corrente, bem como para a redução da dívida pública. No período de 1991 a 2000 esse Programa gerou receita total de US\$ 100,4 bilhões, sendo US\$ 65,7 bilhões de privatizações federais e US\$ 34,7 bilhões de privatizações estaduais.

Um importante dividendo social da privatização foi a ampliação marcante do acesso à telefonia fixa, móvel e pública. De 1994 a 2000, o número de telefones fixos praticamente triplicou, passando de 13,3 milhões para 38,3 milhões, com previsão para 49,6 milhões em 2003. Os telefones móveis, que em 1994 representavam 800 mil linhas, em 2000 cresceram para 23,2 milhões, com 45,5 milhões previstos para 2003. Também cresceram os telefones de uso público - os “orelhões” - que em 1994



eram 343 mil, e em 2000 passaram a 913 mil, com previsão de 1,6 milhão em 2005. Esses visíveis benefícios aos consumidores viabilizaram também o efetivo ingresso do país na era da Internet, o que seria praticamente impossível sem a privatização do setor.

O aumento do emprego é resultado socialmente expressivo da retomada do crescimento. Em 2000, consolidou-se a expansão da oferta de emprego, iniciada no segundo semestre de 1999 ao refletir queda na taxa de desemprego, que passou de 6,3% em dezembro de 1999 para 4,8% em dezembro de 2000.

A terceira forma de combate à exclusão são os programas de desenvolvimento social.

Grande parte dos esforços concentraram-se na educação fundamental - base para a formação da sociedade - sem se descuidar do ensino médio e do ensino superior. Com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF, a divisão da receita entre o estado e seus municípios passou a ser proporcional ao número de alunos matriculados, estimulando vigorosa expansão do ensino. Ao mesmo tempo, o Programa Dinheiro Direto na Escola eliminou a manipulação política das verbas e possibilitou seu maior controle pelas comunidades.

O Brasil está hoje muito próximo da universalização do acesso ao ensino fundamental, com uma taxa de escolarização de 97%. A evolução foi marcante, se comparada com o início da década, quando a taxa era de apenas 82%.

Criamos fortes estímulos para as famílias manterem as crianças estudando. O Programa de Garantia de Renda Mínima atendeu no ano 2000 cerca de 879 mil famílias, beneficiando aproximadamente 1,7 milhão de crianças na faixa de 7 a 14 anos. Constitui resultado



extraordinário, que está prosseguindo em 2001, com a projetada universalização do programa.

Conseguimos assegurar remuneração mais justa e melhor formação aos professores das escolas públicas. No Nordeste, os professores tiveram aumento salarial médio de 94% no ano 2000, passando de R\$ 168,00 para R\$ 326,00.

A formação dos professores teve um grande salto qualitativo. Os professores que só tinham o primeiro grau representavam 6,3% do total em 1997, e em junho de 2000 eram apenas 3,1%. Criamos também melhores condições de ensino, por meio da distribuição de 370 milhões de livros para 121 milhões de alunos, entre 1997 e 2000. Em 2001, foram distribuídos 110 milhões de livros para 32,5 milhões de alunos.

A crescente utilização de modernos recursos audiovisuais e de informática vem sendo fortemente estimulada na rede pública fundamental. O notável Projeto da TV Escola, lançado em 1996, está presente em 93% da rede, atingindo 28 milhões de alunos e 1 milhão de professores.

Os esforços na área educacional resultaram na queda da taxa de analfabetismo entre os maiores de 15 anos, que em 1980 era de 25,4% e em 2000 já havia declinado para 13%.

No ensino médio, as matrículas tiveram aumento significativo entre 1994 e 1999, quando se expandiram em 57%. Essa expansão está ligada à crescente demanda derivada da ampliação do ensino fundamental.

O Brasil construiu em 50 anos um sistema público de ciência e tecnologia como pouquíssimos países em desenvolvimento. Entre esses, de 1995 a 1998, apenas a Coreia do Sul teve crescimento no setor maior que o Brasil. O aumento da produção científica brasileira



(365% entre 1981 e 1998) tem sido cerca de três vezes superior à média mundial (104%). Em 2001, o Ministério da Ciência e Tecnologia passou a gerir diversos fundos setoriais de incentivo à pesquisa, além do Fundo do Petróleo, já em funcionamento e constituído com parcela dos “*royalties*” da produção do petróleo e do gás. Tais Fundos somarão mais de R\$ 1 bilhão/ano, praticamente dobrando os recursos atuais para ciência e tecnologia (C&T).

Medidas de profundo impacto sobre a saúde no Brasil foram tomadas durante o Plano Real. Criamos o Sistema Único de Saúde - SUS, pautado pela descentralização, regionalização, participação da sociedade e financiamento pelas três esferas de governo.

Atualmente, 70% dos gastos em saúde pública são provenientes do governo federal. Os recursos do Fundo Nacional de Saúde passaram a ser transferidos automaticamente para fundos estaduais e municipais. Isso elimina em grande medida a possibilidade de discriminação política e reduz a prática do clientelismo. Outra inovação foi a criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar para controlar e fiscalizar os planos e seguros de saúde.

A introdução dos remédios genéricos, com rigoroso controle de qualidade e com preços bem inferiores aos remédios de marca, constitui iniciativa inédita de democratização da saúde no Brasil. Com um ano de existência, os genéricos contam com o apoio crescente da população e são uma história de sucesso.

Com uma perspectiva de saúde preventiva, ampliamos significativamente os Programas Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde. Os resultados são impressionantes. Cerca de 154 mil Agentes Comunitários de Saúde em atuação no país são responsáveis pelo



monitoramento mensal da saúde de mais de 91 milhões de pessoas em 4.719 municípios. O número dos Agentes Comunitários de Saúde, que em 1994 era inferior a 30 mil, foi multiplicado por cinco em apenas sete anos.

A mortalidade infantil está baixando drasticamente. A cada 1.000 nascidos vivos em 1990, morriam 49,4. Em 2000, esse índice declinou para 34,2. Outros resultados marcantes são a queda de 50% nas internações por diarréia na segunda metade da década de 1990 e o aumento no aleitamento materno nas áreas urbanas de 47% em 1989 para 84% em 1999. Esses são dados que indicam um Brasil mais sadio.

O Brasil tem hoje uma Previdência Social que beneficia, só no setor privado, 18,4 milhões de pessoas, com dispêndio equivalente a 6% do PIB. As aposentadorias no meio rural constituem verdadeiro programa de renda mínima, pois são benefícios concedidos sem a correspondente contribuição. De 1994 a 1998, seu valor praticamente dobrou, ao atingir cerca de R\$ 10 bilhões e beneficiar mais de 6 milhões de pessoas.

Apesar dessa abrangência, a Previdência Social ainda não atinge 60% da população economicamente ativa. Vencer o grande desafio de incorporar esses 38 milhões de trabalhadores que estão à margem da proteção social exige medidas importantes de racionalização do sistema.

A reforma da Previdência constitui elemento fundamental nesse esforço, ao reverter a trajetória explosiva de déficits crescentes, que constituem o maior fator de desequilíbrio fiscal no Brasil. Entre muitas medidas corretivas, deve-se ressaltar a adoção do fator previdenciário, que significou a introdução de critérios atuariais na Previdência Social. Os resultados já alcançados nos últimos dois anos revelam que estamos no



rumo certo. Entre 1998 e 1999, o déficit cresceu 25,8%, enquanto em 2000 o déficit previdenciário foi equivalente a 0,9% do PIB, o que representa queda de 0,1% em relação a 1999. Ao mesmo tempo estamos reduzindo a marcante desigualdade entre os benefícios concedidos pela previdência pública e pela previdência privada.

Os esforços para a erradicação do trabalho infantil, iniciados em 1996, já deram expressivos resultados, ao garantirem a permanência de quase 400 mil crianças e adolescentes nas escolas.

Promovemos entre 1995 e 2000 uma verdadeira revolução no campo. Foram assentadas mais de 465 mil famílias, número superior ao dobro daquelas atendidas nos 30 anos anteriores, e cobrindo uma área assentada maior que os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo juntos. O programa só se completa quando os assentados passam à condição de agricultores familiares inseridos de forma competitiva no mercado. Para isso, muito contribuiu a unificação do PRONAF com a Reforma Agrária.

Esse conjunto de iniciativas no meio rural transformou o Brasil em palco de profunda desconcentração de terras, fenômeno mais visível quando verificamos que passamos da 5ª posição entre os países de maior concentração para o 12º lugar.

Nossa política externa pautou-se pela defesa dos interesses nacionais. Lutamos pela preservação do Mercosul e conseguimos, após árduas negociações, manter a data de 2005 para o início da ALCA. Fortalecemos nossa presença política na América do Sul, como um dos importantes arquitetos da paz entre Peru e Equador, e no ano 2000 promovemos o inédito encontro de todos os presidentes sul-americanos em nosso país.



Nossa política interna viveu importante processo de eleições municipais, com a participação de mais de 100 milhões de pessoas. Isso refletiu um amadurecimento político do eleitorado brasileiro, que, menos sensível ao populismo fácil, escolheu os candidatos mais identificados com uma gestão fiscal equilibrada e com realizações concretas na área social.



SETE ANOS DO REAL

Estabilidade, Crescimento
e Desenvolvimento Social

ECONOMIA



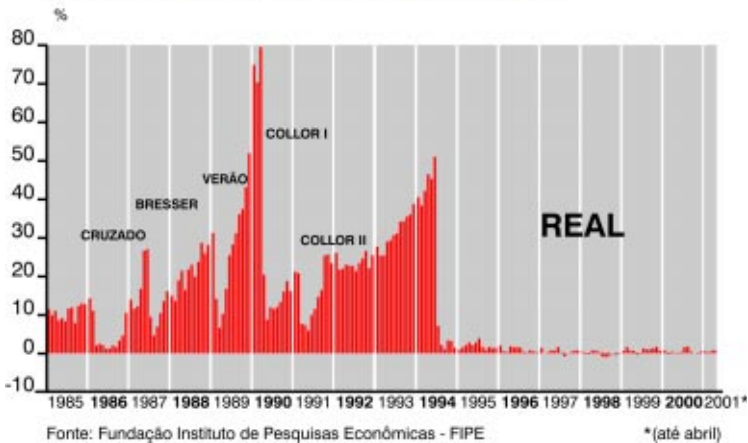
Inflação

O ano de 2000 foi o primeiro a transcorrer totalmente sob o novo regime cambial e de metas de inflação, adotados no ano anterior. A variação de preços em 2000 medida pelo IPC-Fipe atingiu a taxa de 4,38% a.a., quase metade da ocorrida em 1999, que foi de 8,64%.

Os resultados alcançados para a inflação confirmam o sucesso da transição para o regime de câmbio flexível sem comprometer a estabilidade da moeda.

Inflação Mensal (IPC-FIPE)

Comparação com planos de estabilização anteriores

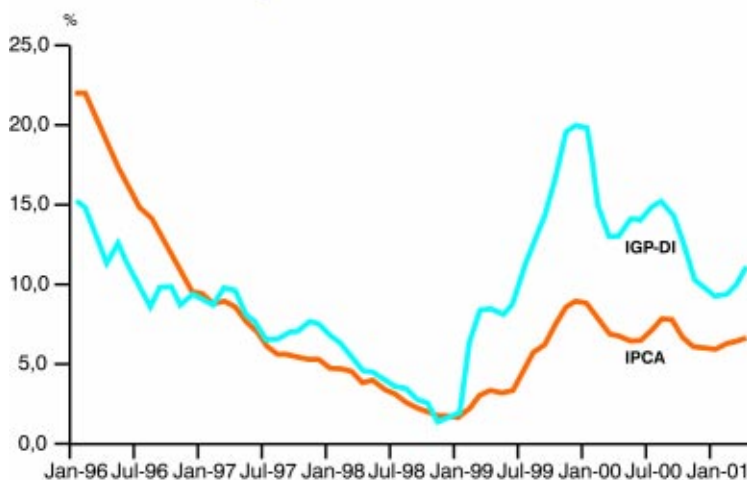


Após a sucessão de choques ocorridos em 1999 no câmbio, nas tarifas públicas e nos combustíveis, os índices recuaram no início de 2000. Contudo, a tendência declinante da inflação no primeiro semestre foi interrompida em julho e agosto, diante da concentração do reajuste de preços de energia elétrica, de telefones, de combustíveis e dos efeitos de uma entressafra agrícola particularmente forte, ampliada por geadas no Centro-Sul do país.



Ainda assim, o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA acumulado em 2000, 5,97%, ficou abaixo do alcançado no ano anterior, 8,94%, e dentro da meta estabelecida para o Banco Central. No sistema de metas, implantado em 1999, o Banco Central é responsável por atingir a taxa de inflação no ano, medida pelo IPCA e definida pelo Ministério da Fazenda. Esse sistema deixa claro o compromisso do governo com a estabilidade de preços, condição imprescindível para o aumento dos investimentos e a geração de mais empregos.

Taxa de Inflação Acumulada em 12 meses



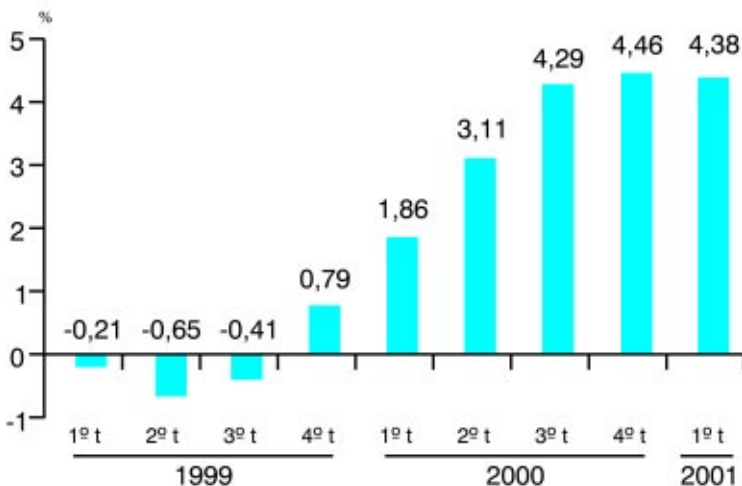
Fonte: IBGE e Fundação Getúlio Vargas - FGV



Crescimento

O ano de 2000 foi marcado pela retomada do crescimento econômico em bases sustentáveis. A redução nas taxas reais de juros e o dinamismo no volume das exportações, reflexo do novo regime cambial, impulsionaram a atividade econômica.

Produto Interno Bruto (PIB) Acumulada em 4 trimestres



Fonte: IBGE

Ao longo do ano de 2000, a recuperação da demanda foi-se consolidando graças à expansão do crédito ao consumidor, do emprego e da massa salarial. O crescimento do PIB, que atingiu 4,6%, foi liderado principalmente pela indústria.

O PIB industrial reverteu a trajetória de queda que marcou todo o ano de 1999 e alcançou em 2000 um au-



mento de 5%. Como resultado dessa expansão, o grau de utilização da capacidade instalada na indústria de transformação, medida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), cresceu 3% em 2000 e atingiu a média de 80,7%, o maior nível desde o início da série em 1992.

PIB por Setor

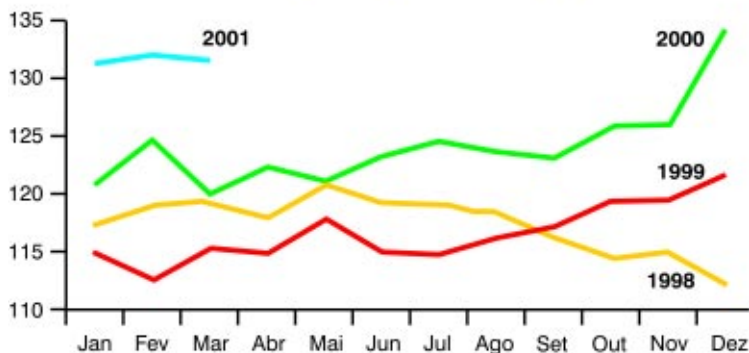
Varição acumulada em quatro trimestres

Setores	1999				2000				2001
	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I
Agropecuária	3,03	3,63	7,31	7,41	7,42	7,60	5,69	3,02	1,61
Indústria	-2,56	-3,55	-3,53	-1,60	0,63	2,84	4,65	5,01	5,12
Serviços	1,00	0,84	0,84	1,89	2,39	3,05	3,89	3,85	3,66

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

A expansão do mercado interno, a ampliação das exportações e o aumento no investimento foram os movimentos mais visíveis desse crescimento, que consolidou os ganhos de produtividade obtidos ao longo dos últimos anos.

Produção Física Industrial Índice 1991 = 100 (com ajuste sazonal)



Fonte: IBGE



Segundo a CNI, as vendas reais da indústria cresceram 10,5% em média em 2000. Esse aumento deveu-se aos novos investimentos em máquinas e equipamentos e na produção de bens de consumo duráveis.

A volta dos investimentos reverteu a trajetória de queda na Formação Bruta de Capital Fixo, que não apenas recuperou a redução em 2000, como vem apresentando forte elevação no início de 2001. Esse desempenho reflete as aquisições de máquinas e equipamentos para renovação e ampliação da capacidade produtiva.

Formação Bruta de Capital Fixo

Variação acumulada no ano

Período	Construção Civil	Máquinas e Equipamentos ¹	Total
1995	6,7	0	21,7
1996	1,8	5,6	-5,9
1997	9,3	8,6	11,2
1998	0	1,8	-4,7
1999	-7,0	-3,6	-16,3
2000	2,7	2,2	4,3
2001 até abril	12,1	4,4	34,3

¹. Produção mais importação menos exportação

Fonte: IBGE

A maior produção de bens de consumo duráveis foi favorecida pela expansão do crédito ao consumidor, ampliação dos prazos de financiamento e queda nas taxas de juros decorrentes da estabilização após a mudança do câmbio.



Taxa de juros (Selic*% a.m.)



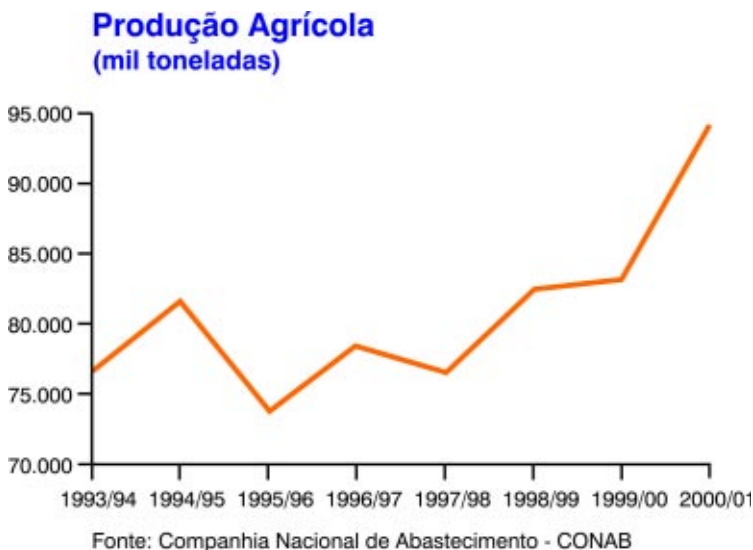
* - utilizada como referência para a formação de taxas de juros.

Fonte: Ministério da Fazenda



Agricultura

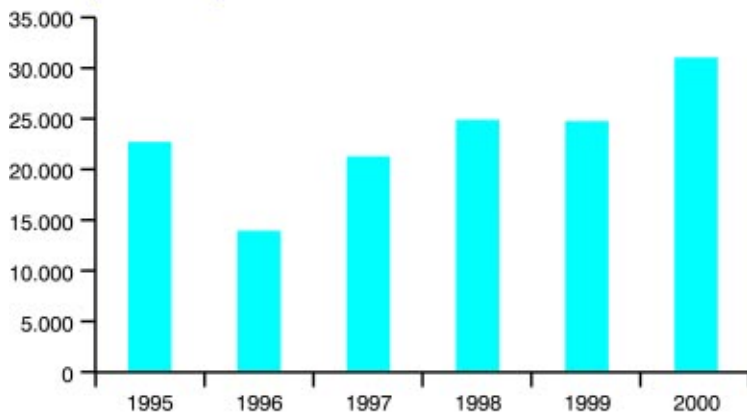
No ano-safra 2000/2001 a safra de grãos consolidou-se em novo patamar, superando a marca de 94 milhões de toneladas, com aumento de 13% em relação à colheita anterior.



Esse crescimento deve-se, principalmente, à expansão de 8,9% da área plantada de grãos nos três últimos anos, ao mesmo tempo em que se observa a melhoria de produtividade para o conjunto das lavouras. Os ganhos de produtividade refletem o crescimento nas vendas de máquinas agrícolas e de fertilizantes nos últimos anos, permitindo a modernização das tecnologias utilizadas na agricultura.



Venda de máquinas agrícolas (unidades)

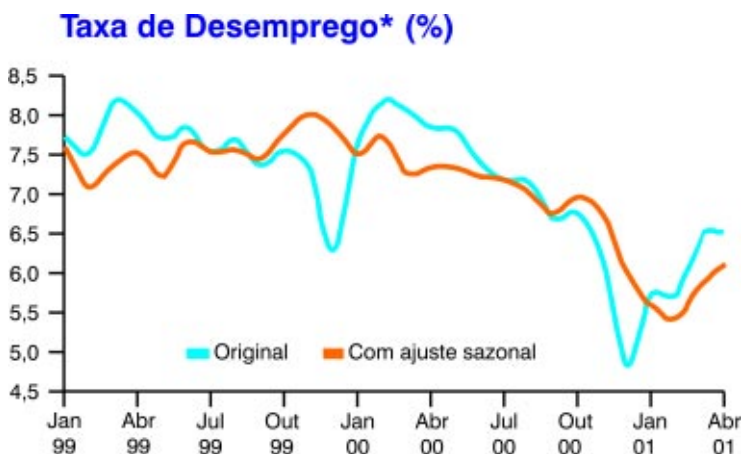


Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes
de Veículos Automotores - ANFAVEA



Emprego e Renda

Em 2000, consolidou-se a expansão da oferta de emprego, iniciada no 2º semestre de 1999, propiciando uma forte queda na taxa de desemprego. A taxa passou de 6,3% em dezembro de 1999 para 4,8% em dezembro de 2000, o menor resultado desde dezembro de 1997.



* Relação entre as pessoas que procuraram trabalho na semana anterior à semana da pesquisa e a população economicamente ativa, com idade mínima de 15 anos.

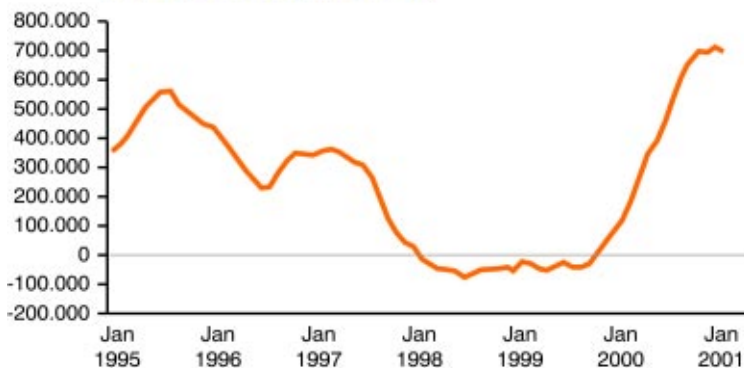
Fonte: IBGE

Como resultado da retomada da atividade econômica houve geração de mais de 600 mil postos de trabalho em relação ao ano anterior, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Destaca-se nesse resultado o emprego na indústria de transformação que, desde agosto de 1999, não apresentava crescimento líquido e no ano de 2000 gerou um saldo positivo de 82 mil novos postos de trabalho.



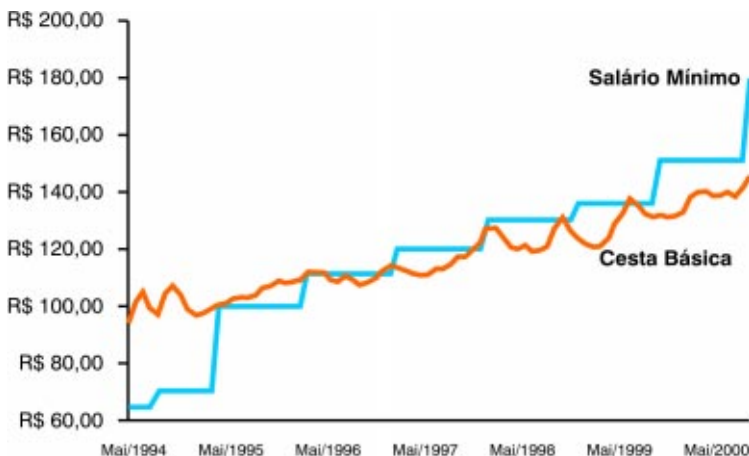
Aumento do Emprego

(Média de 12 meses período sobre o mesmo período do ano anterior)



Fonte: IBGE

O aumento na oferta de postos de trabalho ocorreu simultaneamente a um aumento no emprego formal. Enquanto em 1999 houve redução de 196 mil postos, em 2000, foram criados mais de 657 mil novos empregos formais, sendo 192 mil na indústria de transformação.



Fonte: Ministério da Fazenda e Dieese



Juntamente com a recuperação do emprego, o mercado de trabalho sinaliza a recomposição salarial, embora em ritmo um pouco mais lento. Para esse fato têm colaborado o aumento da demanda por mão-de-obra e os aumentos reais do salário mínimo.

O salário mínimo vem-se mantendo sistematicamente acima da cesta básica e apresentou forte elevação em 2001.

No início do Plano Real (1º de julho de 1994) um salário mínimo comprava apenas 60% de uma cesta básica, e em maio de 2001 comprava mais que uma cesta básica (123%).

Período	Valor da Cesta Básica	Valor do Salário Mínimo	Número de Cestas Adquiridas com um Salário Mínimo
Maio 1995	R\$ 100,60	R\$ 100,00	0,99
Maio 1997	R\$ 113,64	R\$ 120,00	1,06
Maio 1999	R\$ 124,19	R\$ 136,00	1,10
Maio 2000	R\$ 131,26	R\$ 151,00	1,15
Maio 2001	R\$ 145,77	R\$ 180,00	1,23

Fonte: Ministério da Fazenda

Resultados Fiscais

Em 2000, o setor público consolidado (união, estados e municípios) alcançou um superávit primário de 3,5% do PIB, acima dos 3,2% de 1999, indicando o elevado esforço de ampliação de receitas, corte de gastos, e o compromisso com uma política fiscal responsável.

A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal foi fundamental para a melhoria dos resultados de estados e municípios em 2000 e é particularmente relevante quando consideramos que naquele ano ocorreram eleições municipais, época normalmente associada ao aumento dos gastos públicos.



Resultado Primário do Setor Público

Setor Público	% do PIB			R\$ milhões		
	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Governo Central	0,56	2,36	1,88	785	22.673	20.434
Estados e Municípios	-0,19	0,22	0,55	150	2.150	6.026
Empresas Estatais	-0,36	0,66	1,07	-1.517	6.310	11.700
Consolidado	0,01	3,24	3,56	-582	31.088	38.160

Fonte: Ministério da Fazenda

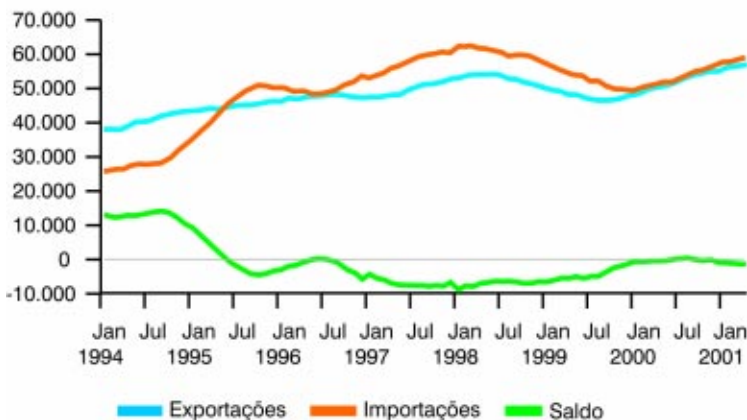


Setor Externo

Balança Comercial

Em 2000, houve aumento de 13,2% nas importações em relação a 1999 e de 14,7% nas exportações, resultado que pode ser considerado excelente, uma vez que a economia encontra-se em crescimento. Apesar de o crescimento industrial aumentar as importações e diminuir os bens disponíveis para exportação, a balança comercial teve seu déficit reduzido em quase 50% nos últimos anos, passando de um saldo negativo de US\$ 1,2 bilhão em 1999 para apenas US\$ 715 milhões em 2000.

Balança Comercial
saldo acumulado em 12 meses



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC

Na comparação entre as situações antes e depois das crises externas (1º trimestre de 2001 em relação ao primeiro trimestre de 1997) percebe-se que, apesar da redução de 15,3% nos preços de exportação como um



todo, verificou-se um aumento de 29,4% no valor das exportações totais, graças ao forte aumento de “*quantum*” exportado durante o período, 52,2%. As exportações de manufaturados tiveram um excelente resultado, aumentando 39,2% no período.

Exportação - FOB

1o. Trimestre 2001 / 1o. Trimestre 1997

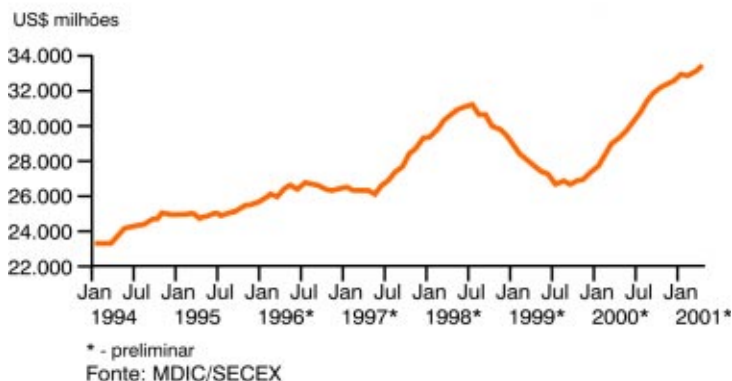
Variação %

Discriminação	Valor	Preço	Quantum
Exportação	29,4	-15,3	52,2
Básicos	14,1	-31,5	65,2
Semimanufaturados	17,6	-14,2	36,4
Manufaturados ¹	39,2	-8,7	48,9

1. Inclui operações especiais
Fonte: MDIC/Secex e Funcex

A evolução das exportações de manufaturados vem sendo sustentada por um aumento de competitividade da indústria brasileira e pela diversificação de produtos e de mercados de destino.

Exportação de Manufaturados - FOB Acumulada em 12 meses

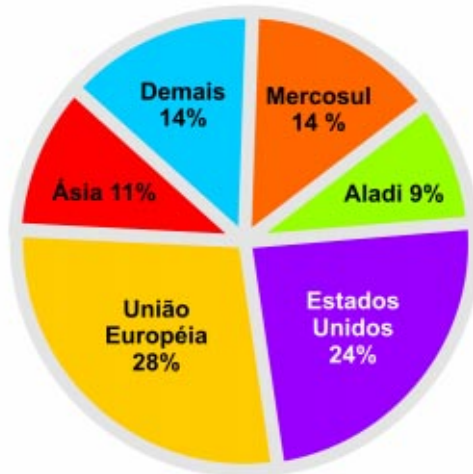




Dentre os produtos manufaturados, merece destaque o desempenho da exportação de aeronaves, cujo aumento em volume foi de 49% relativamente ao período 1997/2001.

Mesmo com a conquista e ampliação de novos mercados, como a China, os bons resultados só foram possíveis com o esforço de vendas em mercados tradicionais como os Estados Unidos. A participação americana nas vendas externas passou de 23% em 1999 para 24% em 2000, enquanto a do Mercosul manteve-se estável e a dos outros países da Aladi cresceu vigorosamente atingindo 36,6%.

Mercado de destino das exportações - 2000



Fonte: MDIC/SECEX



Transações Correntes

A mudança do regime cambial no início de 1999 também produziu importantes mudanças sobre a balança de serviços. Em particular, o saldo na conta de viagens internacionais que chegou a superar a casa dos US\$ 4 bilhões em 1997 e 1998, passou ao patamar de US\$ 2 bilhões ou menos no biênio seguinte (1999/2000).

Viagens Internacionais

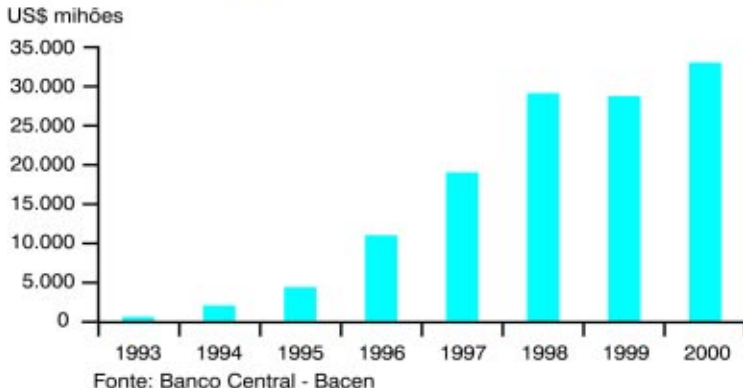
Período	Saldo - US\$ Bilhões
1992	- 319,1
1993	- 799,3
1994	- 1.181,1
1995	- 2.419,7
1996	- 3.598,5
1997	- 4.376,9
1998	- 4.146,1
1999	- 1.457,1
2000	-2.084,2

Fonte: MDIC/Secex

Como resultado da retomada do crescimento e do sucesso da política econômica, os investimentos estrangeiros diretos líquidos continuam a afluir em volume expressivo, mesmo com a redução do número de privatizações. Em 2000, entraram no Brasil cerca de US\$ 32,8 bilhões, um recorde histórico, que mostra a confiança dos investidores externos em nossa economia. Basta lembrar que antes da estabilização, em 1994 ingressaram apenas US\$ 2 bilhões nessa rubrica. Em um período de apenas seis anos (1995-2000) entraram mais de US\$ 119 bilhões, dos quais cerca de US\$ 30 bilhões no âmbito do programa de privatização.

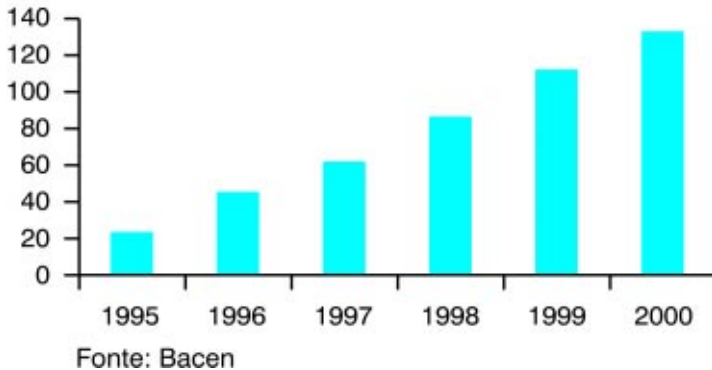


Investimentos Estrangeiros Diretos Líquidos



O fluxo de investimentos estrangeiros diretos tem sido importante fonte de financiamento para o déficit em transações correntes, o que torna o balanço de pagamentos menos dependente de capitais de curto prazo. Em 2000, os investimentos estrangeiros diretos líquidos superaram em 33% o valor do déficit em transações correntes.

Percentual do Déficit em Transações Correntes Coberto por Investimento Estrangeiro Direto





Mercosul

Para o Brasil, o Mercosul deve ser visto como destino e a ALCA como opção. Essa é a percepção prevalecente após os 10 anos de criação do Mercosul.

O Mercosul amplia nosso poder de barganha nas negociações com diversos parceiros, tais como: a União Européia, onde já se avançou no sentido da constituição de uma área de livre comércio; a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, com criação prevista para 2005; e a Organização Mundial do Comércio – OMC, que, após frustrada reunião de Seattle, deverá relançar um amplo processo de negociações globais multilaterais.

O Chile e a Bolívia integram o MERCOSUL na condição de Estados associados. Venezuela e África do Sul anunciaram também a intenção de se associarem ao MERCOSUL.

A desvalorização do Real, em janeiro de 1999, e a crise econômica Argentina reduziram os níveis de comércio no âmbito do Mercosul em cerca de 25%, entre 1997 e 1999, e geraram preocupações sobre os rumos da integração.

Nossas exportações para os países do Mercosul apresentaram, ao longo de seus 10 anos de existência (1991/2000), taxa de crescimento de 335%, e nossas importações evoluíram à taxa de 343%. Esses dados revelam o acelerado dinamismo do processo de integração.

Entretanto, houve declínio no intercâmbio nos últimos três anos, sobretudo a partir de 1997, quando o comércio do Brasil com o Mercosul atingiu seu nível mais alto (exportações de US\$ 9,0 bilhões e importações de US\$ 9,4 bilhões). Nossas exportações para o MERCOSUL, que chegaram a absorver cerca de 17% do total em 1997, declinaram para cerca de 14% do total em 2000.

Apesar desse declínio, se compararmos o ano 2000 com 1999, nosso comércio com a região revelou ligeira recuperação.



Comércio Brasil - Mercosul

Ano	Exportação US\$ milhões	Participação no total	Importação US\$ milhões	Participação no total
1991	2.309,35	7,30	2.268,36	10,78
1992	4.097,47	11,45	2.228,56	10,84
1993	5.386,91	13,97	3.378,25	13,38
1994	5.921,48	13,60	4.583,27	13,86
1995	6.153,77	13,23	6.843,92	13,70
1996	7.305,28	15,30	8.301,55	15,56
1997	9.046,60	17,07	9.425,31	15,78
1998	8.878,23	17,36	9.424,05	16,32
1999	6.777,87	14,12	6.720,67	13,64
2000	7.733,07	14,04	7.796,56	13,97

Fonte: MDIC/Secex



Ciência e Tecnologia

O Brasil superou recentemente a marca de 1% da produção científica internacional – medida por artigos ou índices de citações. Além disso, o aumento da produção científica brasileira entre 1981 e 1998 (365%) tem sido cerca de três vezes superior à média mundial (104%) e poucos países, em sua maioria do Sudeste asiático, têm desempenho melhor. Entre 1995 e 1998, o crescimento de nossa produtividade científica só foi inferior ao da Coreia do Sul.

Países com Maior Crescimento no Número de Artigos Científicos Listados no Sci entre 1995 e 1998



Obs.: Total referente a artigos em lingua inglesa dos 34 principais países

Fonte: Science Citation index

A participação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que está completando 50 anos em 2001, foi decisiva na montagem dessa base técnico-científica. Nas áreas de ciências e engenharias o número de doutores formados em 1997 foi de 3600 e já está hoje em cerca de 5 mil por ano. Isso coloca



o País em situação relativamente favorável, no contexto mundial, com números próximos, entre outros, de países como Coréia do Sul, China, Itália, Suíça e Canadá.

O CNPq e outras agências federais dão suporte continuado a programas de formação de recursos humanos e pesquisadores, que concedem atualmente mais de 40 mil bolsas/ano. Incluindo-se todas as demais agências — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundações Estaduais de Amparo — o número de bolsas de estudo passa de 70 mil/ano. Observa-se no período recente um deslocamento progressivo das bolsas em direção às modalidades de doutorado e pós-doutorado, o que demonstra o grau de consolidação do sistema de Ciência e Tecnologia.

O sistema de capacitação de pesquisadores precisa ser complementado por um vigoroso esforço de fomento à pesquisa. Os fundos setoriais são essenciais no financiamento do desenvolvimento tecnológico. Também contribuem para maior interação entre a comunidade científica e o setor produtivo, para o aumento da indução da pesquisa científica e tecnológica e para avaliação por resultados.

O CTPetro, o Fundo do Petróleo, constituído com parcela dos *royalties* da produção do petróleo e do gás, foi o primeiro a entrar em funcionamento e já apóia projetos do CENPES/Petrobras, e estudos e projetos estratégicos (tanque oceânico, CTDutos, CTGás, criação do Laboratório de Tecnologias do Gás - Lagás). Foi lançado também um grande edital em Áreas Prioritárias, que permitiu selecionar 126 projetos de uma demanda de 585, a qual forneceu um excelente panorama do potencial brasileiro de pesquisa no setor.

Em 2001, o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT passou a gerir os Fundos de Energia Elétrica, Re-



cursos Hídricos, Transportes Terrestres e Hidroviários, Mineral, Espacial, de Infra-estrutura e o Fundo Verde-Amarelo, de interação universidade-empresa. O governo federal está examinando propostas para criação de novos fundos para as áreas de Agronegócio, Saúde, Aeronáutica e Biotecnologia. O conjunto dos Fundos representará uma contribuição estimada em mais de R\$ 1 bilhão/ano, praticamente dobrando o volume de recursos atualmente destinados às atividades de C&T.

O crescimento de 62% no orçamento do MCT para 2001, sendo 30% desses recursos originários dos Fundos Setoriais, é inédito na história recente de C&T no Brasil e confere ao orçamento maior estabilidade e flexibilidade.

O MCT vem definindo novas estratégias de desenvolvimento e mecanismos institucionais, tais como: expandir a base nacional de C&T; constituir um efetivo Sistema Nacional de Inovação e preparar o país para a Sociedade da Informação. Cinco programas são considerados estruturantes para as ações do MCT, respondendo por 50,3% do total das aplicações no período 2000-2003:

- ⇒ Programa Sociedade da Informação - Internet II
- ⇒ Programa de Biotecnologia e Recursos Genéticos - Genoma
- ⇒ Programa de Inovação para Competitividade
- ⇒ Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa
- ⇒ Programa Sistemas Locais de Inovação

Complementam esses Programas estruturantes diversas ações do MCT em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento da C&T no País. Entre elas cabe destacar as ações do Programa de Climatologia, Meteorologia e Hidrologia e do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE).



Outro esforço relevante diz respeito à política para os institutos de pesquisa. O MCT está implementando uma nova avaliação dos seus institutos de pesquisa, por meio de uma comissão de alto nível, cujo trabalho iniciou-se no ano de 2000.



Meio Ambiente

Cerca de 206 mil hectares de áreas protegidas foram incorporadas ao estoque de capital natural do Brasil em 2000. Neles estão incluídos Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Ecológicas, Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais.

Destacam-se duas áreas, que foram reconhecidas como Patrimônio Natural da Humanidade, pela UNESCO: o Parque Nacional do Jaú (AM), com 2,27 milhões de hectares, o maior do Brasil, e o Complexo Pantanal, abrangendo o Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense e três Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) foi criado em 2000, após oito anos de debates, e propiciou avanços importantes na elaboração da Política Nacional de Diversidade Biológica.

Ainda em 2000, foram disponibilizados recursos para implementação da gestão integrada de resíduos sólidos em dezenas de municípios, beneficiando cerca de 850 mil famílias.

Isto foi parte de um conjunto de importantes medidas destinadas a combater problemas de poluição ligados a assentamentos urbanos e comunidades rurais, tais como: poluição das águas de superfície nas regiões urbanas, poluição do ar por meio de material particulado nas grandes cidades e poluição das águas subterrâneas, devido à ausência de coleta de resíduos sólidos.

Foram colocados em operação sistemas de informação ambiental para a gestão integrada de resíduos em 45 Municípios, com investimentos da ordem de R\$ 11 milhões. Pólos de educação ambiental e difusão de prá-



ticas sustentáveis foram igualmente implantados nos 27 estados da federação.

No ano 2000, foram desenvolvidas ações voltadas à melhoria da qualidade do ar nos centros urbanos. Tais ações visam à mensuração dos ganhos ambientais e de saúde pública, advindos do projeto de controle da poluição do ar em veículos automotores e da limitação das emissões atmosféricas de incineradores de resíduos.

Um expressivo resultado dessas ações foi a redução de 86% a 97%, entre 1980 e 2000, nas emissões de monóxido de carbono e outros poluentes do setor automotivo.

As ações concretas para a proteção da camada de ozônio estimularam diversas empresas a promoverem projetos de conversão industrial. No período de 1996 a 1999, 182 empresas tiveram esses projetos aprovados pelo Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal. Em 2000, mais 28 empresas obtiveram aprovação.

Em julho de 2000, foi dado um importante passo para o gerenciamento dos recursos hídricos no país com a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, pela Lei nº 9.984/00.

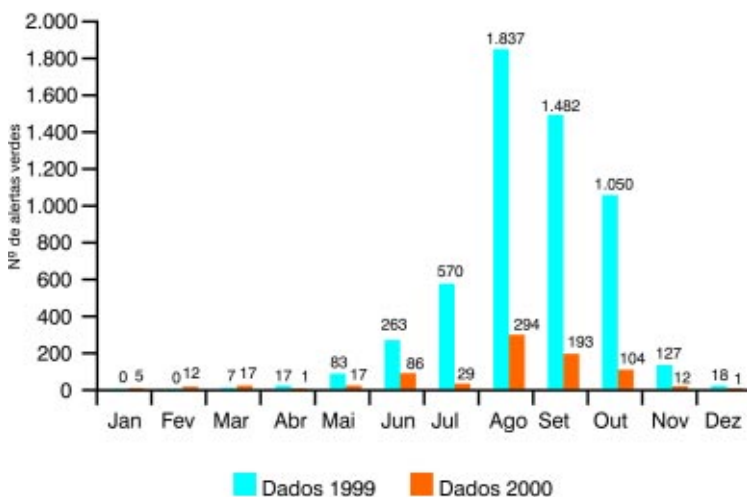
Do conjunto de realizações no ano de 2000, destacam-se as ações de prevenção e combate a desmatamentos, queimadas e incêndios florestais na Amazônia. Essas ações provocaram queda real nos focos de calor (queimadas), com expressiva redução de mais de 80% nos alertas verdes.

Alertas verdes são focos de calor detectados por satélite, com uso de técnicas de sensoriamento remoto e sistemas de informação. Os alertas definem níveis de risco de incêndio na Amazônia Legal, em unidades de conservação e em terras indígenas em todos os estados brasileiros.



Essa redução superou em 50% a meta inicial definida para o arco de desflorestamento, que compreende faixa contínua de aproximadamente 1,7 milhão de km², com grande incidência de focos de calor e desflorestamento, englobando 248 municípios. O número de focos de calor na Amazônia Legal reduziu-se em cerca de 20% no ano 2000.

Comparativo de Alertas Verdes (1999/2000) Dados atualizados até 30/11/2000



Fonte: Centro de Sensoriamento Remoto - IBAMA/INPE



Energia

No início de 1995, o setor elétrico brasileiro encontrava-se em profunda crise estrutural, com obras paralisadas, tarifas defasadas e falta de incentivos a novos investimentos, somada à incapacidade de investir do Estado devido à crise fiscal.

Ao mesmo tempo, o Plano Real veio incorporar novas camadas de consumidores ao mercado brasileiro, aumentando significativamente o consumo de eletro-eletrônicos como geladeiras, televisões, máquinas de lavar, chuveiros e computadores.

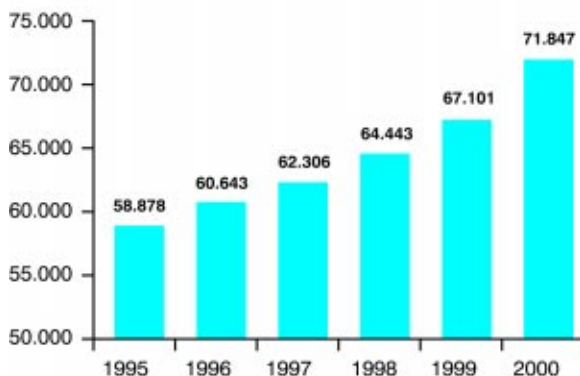
A reestruturação do setor era inadiável e foi empreendida com os objetivos de: aumentar a competição e garantir a eficiência do sistema; incentivar novos investimentos, sobretudo privados; assegurar a melhoria da qualidade dos serviços, com preços mais justos ao consumidor; e implementar a diversificação da matriz geradora de energia.

Das 23 obras que se encontravam paralisadas no início de 1995, 15 foram concluídas até 2000, com acréscimo de cerca de 16 mil MW à capacidade geradora e instalação de mais de 7 mil km em linhas de transmissão. De 1996 a 2000, houve aumento anual médio da oferta de energia no país de 2.900 MW/ano, comparando-se a menos da metade entre 1986 e 1995.

Os investimentos no setor elétrico no quinquênio 1995-2000 foram da ordem de R\$ 20,8 bilhões, parte significativa dos quais oriundos do setor privado. O crescimento real do PIB brasileiro entre 1995 e 2000 foi de 11,65%, enquanto a capacidade de geração instalada no Sistema Interligado Nacional cresceu 22,03%, atingindo o patamar de 71.847 MW, conforme evolução apresentada no gráfico a seguir.



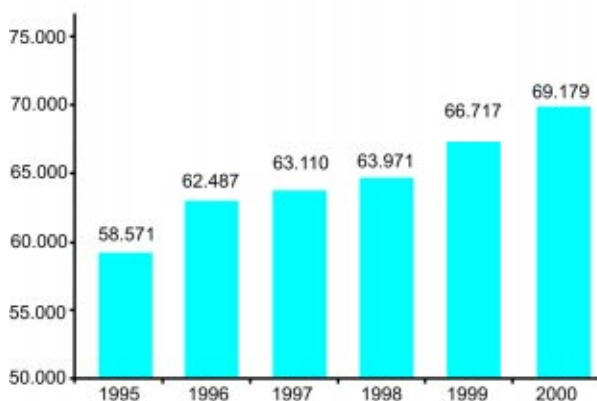
Capacidade instalada dos sistemas interligados brasileiros (em MW)



Fonte: Ministério das Minas e Energia

A extensão das linhas de transmissão é outro segmento do setor elétrico que cresceu na segunda metade dos anos 90. Cerca de 18,11% entre 1995 e 2000, atingindo 69.179 quilômetros de rede.

Extensão das Linhas de Transmissão (em km)



Fonte: Ministério das Minas e Energia



No período 1995 - 2000 destacaram-se as seguintes obras estruturantes relacionadas ao setor elétrico:

- ⇒ Conclusão da UHE Igarapava, com 210 MW, melhorando o suprimento de energia para o Estado de Minas Gerais.
- ⇒ Conclusão das UHEs Canoas I e II, com 82,5 MW e 72 MW respectivamente, também no atendimento do Estado de Minas Gerais.
- ⇒ Conclusão das três primeiras unidades geradoras da UHE Porto Primavera, correspondendo a 302,4 MW, para suprimento de toda a Região Sudeste.
- ⇒ Conclusão da ampliação da UHE Três Irmãos, com a implantação da 5ª. e última Unidade Geradora, atendendo o suprimento do Estado de São Paulo.
- ⇒ Conclusão da UHE Salto Caxias, com 1.240 MW, melhorando o suprimento nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- ⇒ Conclusão da UTE Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, de 600 MW, utilizando gás argentino.
- ⇒ Entrada em operação comercial da Usina Nuclear Angra II, agregando 1.309 MW de capacidade instalada no Estado do Rio de Janeiro.
- ⇒ Motorização da UHE Itá, agregando um total de 1.450 MW de capacidade instalada.



- ⇒ **Importante obras foram igualmente realizadas entre 1995 e 2000 para a ampliação da infraestrutura de transporte de gás natural, conforme especificadas no item Petróleo e Gás.**

Na área de transmissão, destacam-se os seguintes empreendimentos:

- ⇒ **Conclusão da Interligação dos Sistemas Elétricos Norte/Sul, com 1.280 km de extensão, entre Imperatriz (MA) e Samambaia (DF), integrando Tucuruí às novas hidrelétricas em construção no rio Araguaia (Lajeado, Serra da Mesa) e ao Sul, Sudeste e Centro-Oeste.**
- ⇒ **Conclusão do sistema de transmissão interligando a Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí a Presidente Dutra, Teresina, Sobral e Fortaleza, com 753 km de extensão (Presidente Dutra - Fortaleza).**
- ⇒ **Conclusão do trecho brasileiro da interligação elétrica Brasil-Venezuela (Guri), com 190 Km de extensão, ligando Boa Vista (RR) à fronteira da Venezuela, com capacidade de transferência de até 200 MW.**
- ⇒ **Interligação elétrica com a Argentina, com intercâmbio de 1.000 MW entre as subestações de Rincón e Garabi, na Argentina, e Santo Ângelo e Itá no Brasil, com 355 km.**

Embora os investimentos mencionados tenham contribuído para a ampliação da oferta de energia elétrica no Brasil, a capacidade geradora é baseada em mais de 90 %



em hidroelétricas, o que confere importante papel ao regime de chuvas.

Em condições hidrológicas normais, as medidas adotadas nos últimos anos e a entrada de novos investimentos no setor permitiriam o pleno atendimento do mercado em 2001. No entanto, essas condições têm sido extremamente desfavoráveis, com a quantidade de chuvas nos primeiros meses de 2001 ficando 29% abaixo da média histórica no Sudeste e Centro-Oeste, e 53% abaixo da média histórica no Nordeste. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, as regiões Sudeste e Centro-Oeste estão sofrendo, este ano, a maior estiagem dos últimos 40 anos. Esse quadro fez com que o armazenamento de água nos reservatórios do Sudeste e Centro-Oeste atingisse níveis preocupantes.

Em vista do nível extremamente baixo dos reservatórios, as autoridades centrais operadoras do sistema elétrico no país identificaram a necessidade de redução do consumo de energia elétrica a partir de junho de 2001 de 20% em relação à média dos meses de maio-junho-julho de 2000. Paralelamente, identificaram-se alguns entraves na operação do novo modelo do setor elétrico que estavam obstando a capacidade de expansão do sistema. Esses riscos referem-se à própria transição para o novo modelo realizada desde 1997, à necessidade de complementação dos marcos regulatórios estabelecidos e a certo atraso no cronograma de implementação dos empreendimentos em termelétricas, como delineado no Programa Prioritário de Termelétricas lançado em 1999.

Criou-se então, em maio de 2001, a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, com vistas a administrar os programas de ajuste da demanda e coordenar todos os esforços para o aumento da oferta de energia elétrica.



A impressionante colaboração da sociedade brasileira ao programa de racionamento de energia elétrica tem aumentado a cada dia a probabilidade de que sejam desnecessários cortes de carga de energia em 2001, embora estes não estejam totalmente descartados em função da prolongada estiagem. O Governo também está trabalhando para reduzir ao máximo a dependência de oferta de energia em 2002 ao regime hidrológico do próprio ano. As medidas adotadas até 2002 deverão permitir a completa normalização da oferta em 2003.

Os programas estratégicos definidos como prioridade na Agenda do Governo para o Biênio 2000-2001, lançada em abril deste ano, prevêem investimentos para elevar em 11 mil MW a capacidade de geração elétrica, e ampliar em 7 mil quilômetros as linhas de transmissão até 2002, o que inclui a conclusão ou ampliação de 15 usinas hidrelétricas e mais de 20 usinas termelétricas em todo o País. Esses investimentos estão sendo avaliados e serão repriorizados ou ampliados de acordo com as necessidades emergenciais identificadas até o final de junho de 2001.

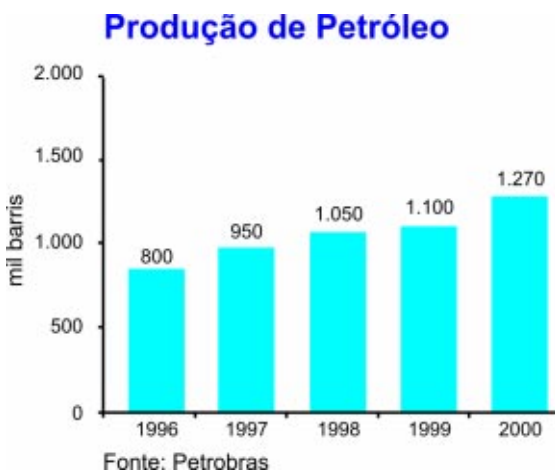
Um programa estruturado de aumento da oferta, a ser também anunciado até o final de junho de 2001, apresentará metas para a continuidade do aumento diversificado da geração de energia elétrica, com a atração de investimentos do setor privado e participação preferencialmente subsidiária do setor público, naquelas obras consideradas indispensáveis. Os novos investimentos receberão prioridade total nos financiamentos do BNDES e terão seu cronograma de aprovação acelerado. Serão compatíveis com o Plano Decenal de Expansão do Setor Elétrico 2001-2010 e buscarão zelar pela eficiência e diversificação da matriz, com ênfase na co-geração e na racionalização, bem como no uso de fontes alternativas de energia.



Petróleo e Gás

As principais diretrizes do governo no segmento de petróleo e gás estão voltadas para a promoção de oportunidades e investimentos, a dinamização de licitações e concessões e a garantia do atendimento das demandas de derivados de petróleo e gás natural.

As ações destinadas a elevar a oferta de petróleo e gás natural permitiram que a produção interna atingisse em 2000, a média recorde de 1 milhão 271 mil barris por dia.

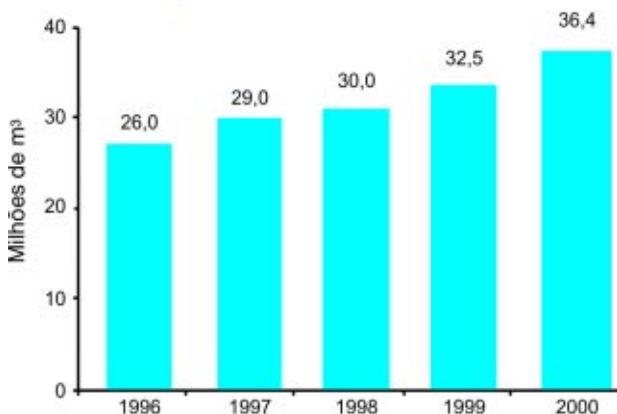


Na produção de gás natural, os resultados são traduzidos pela produção média diária de 36,4 milhões de m³.

Outro importante destaque no setor é o conjunto de obras de ampliação da infra-estrutura de transporte de gás natural.



Produção de Gás Natural



Fonte: Petrobras

- ⇒ Conclusão do gasoduto Bolívia-Brasil, ligando Rio Grande, na Bolívia, à Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, passando pelos estados do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com uma extensão total de 3.165 km.
- ⇒ Conclusão do Gasoduto Urucu-Coari, num total de 420 km de extensão, e viabilizando a exploração de um potencial energético que pode ultrapassar 930 MW em geração térmica.
- ⇒ Conclusão dos Gasodutos Guamararé-Pecém e Pilar-Cabo, assegurando o transporte de gás natural na Região Nordeste, ao longo de seus 1.300 km entre Salvador e Fortaleza.



Telecomunicações

Na primeira metade da década de 90 as empresas do Sistema Telebras não tinham capacidade, sequer, para atender a planos de expansão, apesar de serem financiados pelo próprio adquirente da linha telefônica.

Embora a tarifa fosse excessivamente baixa, comprometendo os investimentos do setor, a aquisição de linhas era pouco acessível à população pobre devido a seu custo. O monopólio estatal do setor, em vez de disciplinar pela exigência de resultados, priorizava o controle dos meios. Isto acabou por levar o sistema à exaustão financeira.

Essa situação modificou-se em 1995, com a abertura do setor brasileiro de telecomunicações à participação de capitais privados (Emenda Constitucional nº 8).

“Um ousado programa de investimentos promovidos pelo Governo e fortemente complementado pela mobilização de recursos privados – humanos, gerenciais e financeiros – que visa transformar o setor brasileiro de telecomunicações em agente efetivo do desenvolvimento do País, estimulando a produtividade nacional e assegurando a universalização do acesso aos serviços de comunicações”. Assim resumiu o então Ministro das Comunicações o Plano de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal.

A nova estratégia foi balizada por parâmetros técnicos, econômicos e sociais. Iniciada em meados de 1995, mudou o perfil dos serviços de telecomunicações brasileiros, proporcionando um modelo mais dinâmico, de regras claras e confiáveis, além de transparente em sua implantação e desempenho.

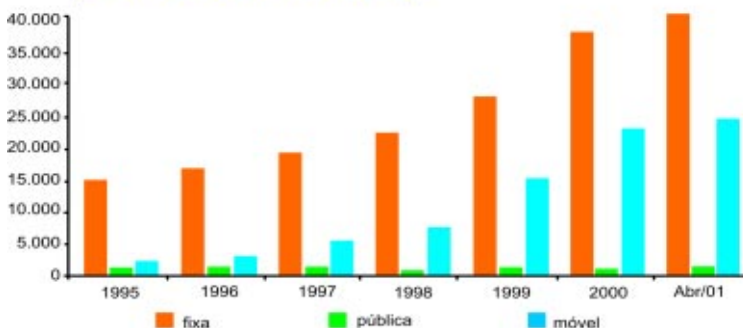
É fácil perceber o impacto do novo modelo no cenário da vida brasileira. Basta comparar o crescimento da



quantidade de telefones fixos, de telefones móveis e de telefones de uso público - “orelhões” - nos últimos 6 anos com o crescimento da economia.

De 1994 a 2000, o número de telefones fixos praticamente triplicou, passando de 13,3 milhões para 38,3 milhões, com previsão para 49,6 milhões em 2003. Os telefones móveis, que em 1994 representavam 800 mil linhas, em 2000 cresceram para 23,2 milhões, com 45,5 milhões previstos em 2003. Também cresceram os telefones de uso público, “orelhões”, que em 1994 eram 343 mil e em 2000 passaram a 913 mil, com previsão de 1,6 milhão em 2005. Esses marcantes benefícios aos consumidores viabilizaram também o efetivo ingresso do país na era da Internet, o que seria impossível sem a privatização do setor.

Serviços de Telecomunicações (por milhares de acesso/ano)



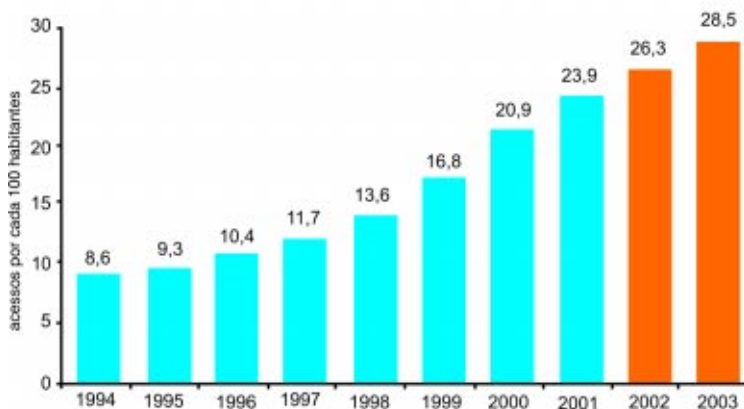
Fonte: Ministério das Comunicações

Para se ter idéia ainda mais clara dos avanços alcançados no setor nos últimos cinco anos é necessário comparar a densidade telefônica no País, representada pelo número de acessos fixos instalados por 100 habitantes. Tal crescimento corresponde à taxa de 95% no período entre 1994 e 1999.



Telefonia

Evolução da Densidade Telefônica

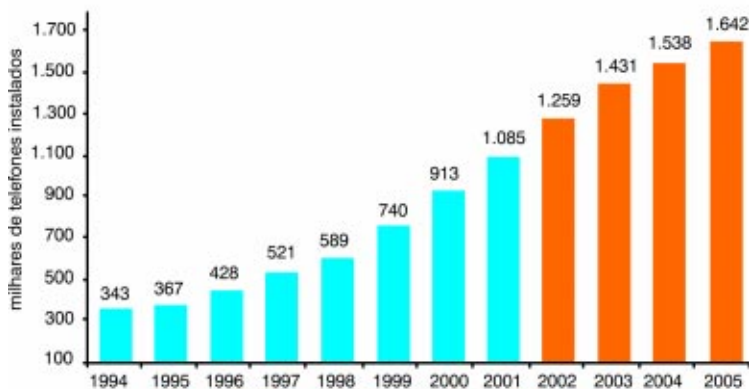


Fonte: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

O telefone público também teve enorme ampliação. Seu crescimento foi da ordem de 116% nos últimos seis anos correspondendo à taxa média anual de 16,6%.

Telefonia

Evolução do Telefone Público



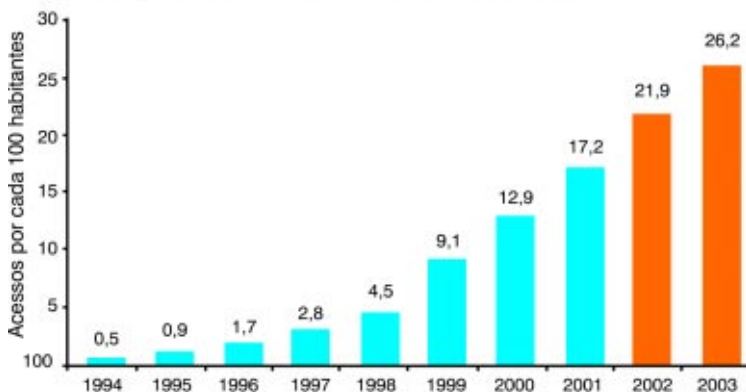
Fonte: ANATEL



O Serviço Móvel Celular foi o que teve a mais rápida disseminação no País, chegando a atingir taxa de crescimento, entre 1994 e 1999, de cerca de 79% ao ano. O número de acessos por 100 habitantes (ou densidade) esperado até 2003 é de 26,2.

Telefonia

Evolução da Densidade Telefônica Celular



Fonte: Anatel

É importante destacar que, no conjunto de programas estratégicos do Plano Avança Brasil, existem ações voltadas aos segmentos mais carentes da comunidade. Financiados com recursos do FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - esses programas receberão 0,2% de toda a arrecadação dos serviços de telefonia.

Serão aplicados somente em 2001 cerca de R\$ 1 bilhão em ações que visam a implantar 49 mil acessos a serviços de telecomunicações em estabelecimentos públicos de ensino e bibliotecas, a disponibilizar 72 mil acessos a serviços de telecomunicações em hospitais da rede pública e a instalar computadores e acesso à Internet em 13.227 escolas públicas de ensino médio.



Transportes

O sistema de transportes vem apresentando importante evolução. Diante das necessidades do País, o setor é ainda um dos maiores desafios do governo federal, principalmente com relação às obras de construção e manutenção de rodovias e ferrovias.

Diversos indicadores demonstram a trajetória recente:

- ⇒ Foram restaurados, em 2000, 1.736 km de rodovias. Com o arrendamento da malha ferroviária federal garantiram-se investimentos privados da ordem de R\$ 1,7 bilhão. Os arrendatários estão operando crescentes volumes de carga, registrando-se o transporte de 266,7 milhões de toneladas em 2000.

- ⇒ O país conta com 38 portos públicos operados pelo setor privado. A expectativa de investimentos no setor é de que sejam aplicados mais de R\$ 3,2 bilhões, sendo R\$ 900 milhões investidos pelos arrendatários. Desde 1996, a área portuária total arrendada ao setor privado evoluiu de 1,4 para 7,4 km², representando acréscimo de 421% no período. A movimentação de cargas nos portos brasileiros atingiu 433 milhões de toneladas em 2000 e o transporte de cargas em contêineres passou de 906 mil unidades em 1993 para 1,5 milhão de unidades em 2000, importante indicador da modernização do setor.

- ⇒ Em 2000, foram aplicados R\$ 186 milhões para a melhoria dos serviços de navegação interior, de cabotagem e de longo curso, no âmbito do programa Qualidade e Fomento ao Transporte Aquaviário. Já o programa Manutenção de Hidrovias investiu



cerca de R\$ 17 milhões na integração de trechos dos corredores estratégicos de transporte, aumentando significativamente a oferta de transporte fluvial. Pela hidrovía do rio Madeira foram transportadas, em 2000, mais de 900 mil toneladas de soja para exportação, 200% a mais que em 1999.

Um conjunto de medidas estruturais na área de transporte, adotadas pelo governo federal, são decisivas para elevar a produtividade da economia. Entre essas estão os corredores multimodais, que interligam rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, com expressivos investimentos em curso.

O crescimento da utilização das rodovias e hidrovias, bem como a interação entre esses modais e as rodovias, diminuem os custos de transportes e elevam a competitividade de nossos produtos no exterior.

Outra parcela significativa dos investimentos em infra-estrutura em 2001 está destinada à expansão aeroportuária. São R\$ 171,2 milhões destinados a aumentar a capacidade e melhorar a eficiência dos aeroportos brasileiros. Até o final de 2001, deverão estar concluídas as obras de ampliação dos aeroportos de Salvador, Palmas, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Para 2002, está prevista a conclusão das obras de ampliação dos aeroportos de Recife e de Porto Velho.



SETE ANOS DO REAL

Estabilidade, Crescimento
e Desenvolvimento Social

SOCIAL



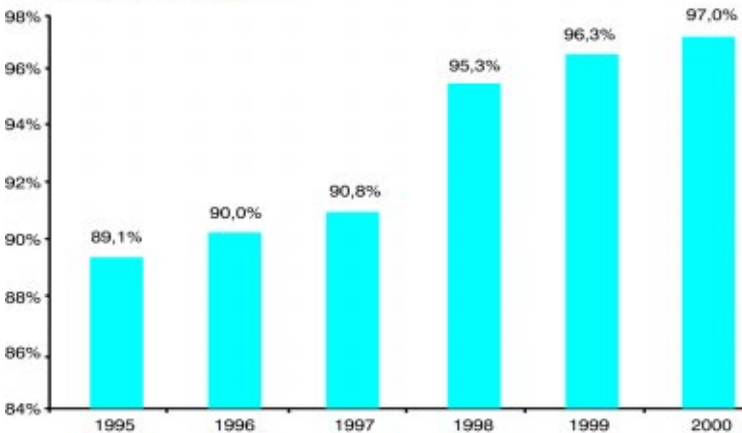
Educação

O sistema educacional brasileiro vem sendo objeto de reformas profundas, desde o financiamento até a avaliação, passando pela reformulação das estruturas

curriculares e a introdução de novas tecnologias. Os indicadores de desempenho apresentam notável evolução como fruto das mudanças estruturais promovidas em estreita colaboração entre as três esferas de governo, a sociedade civil e a comunidade educativa em geral.

A prioridade atribuída à universalização do acesso ao ensino fundamental resultou na incorporação, durante o período 1995 a 1999, de cerca de 3,4 milhões de novos alunos, com uma evolução de matrícula mais expressiva nas regiões Nordeste (2,3 milhões de alunos) e Norte (530 mil alunos). Devido a essa expansão, alcançou-se uma taxa de escolarização líquida de 97% em 2001 – correspondente à quase totalidade das crianças entre 7 e 14 anos matriculadas no ensino fundamental.

Taxa de Escolarização Líquida ensino fundamental



Fonte: Ministério da Educação/INEP



O principal instrumento de mudanças no financiamento do ensino fundamental foi o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Ele tem efeito redistributivo das receitas e essa redistribuição está possibilitando a progressiva municipalização do ensino fundamental e a valorização do magistério.

Apoiando as ações do Programa Toda Criança na Escola, o FUNDEF tem impactos relevantes nas regiões mais pobres. Os estados que não atingiram, em 1998 e 1999, o gasto mínimo de R\$ 315 por aluno/ano, receberam complementação de recursos transferidos pelo governo federal, da ordem de R\$ 424,9 milhões e R\$ 674,9 milhões respectivamente. Em 2000 esse gasto passou a ser de R\$ 333 para matriculados de 1ª a 4ª séries e de R\$ 349,65 para os alunos da 5ª a 8ª séries e os da educação especial, resultando na complementação, pela União, de R\$ 587,3 milhões.

A matrícula no ensino fundamental da rede pública, de 1997 a 1999, cresceu 7,5% (2,3 milhões de alunos a mais), sendo que a rede municipal teve crescimento de 30,6%. A expansão está sendo maior nas matrículas de 5ª. a 8ª. séries do que nas de 1ª a 4ª séries, conseqüência da melhoria do fluxo escolar aliada às mudanças do perfil demográfico do país, que apontam queda na taxa de natalidade.

O Programa Garantia de Renda Mínima - PGRM concede apoio financeiro da União aos municípios com receita tributária e renda familiar per capita inferiores à respectiva média estadual que instituírem seus PGRM. O Programa assegura a elevação da capacidade financeira das famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo, ao propiciar o acesso e a permanência dos filhos e dependentes de 7 a 14 anos na escola, de

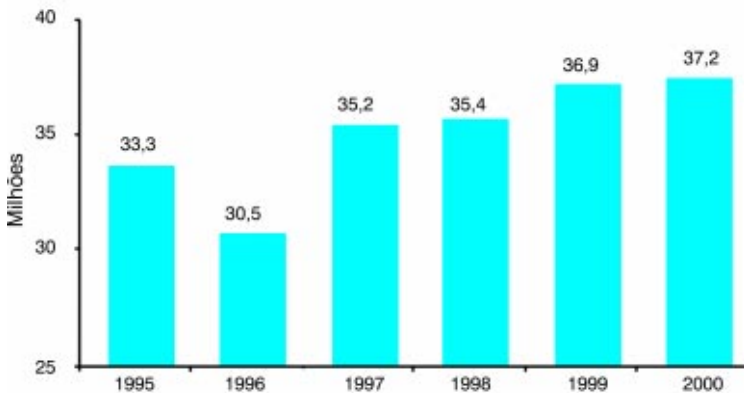


maneira a estimular a frequência às aulas, reduzir a evasão e a repetência, além de contribuir para a erradicação do trabalho infantil no país. No exercício de 2000, o programa atendeu cerca de 879 mil famílias de 1.373 municípios, o que beneficiou cerca de 1,7 milhão de crianças na faixa de 7 a 14 anos.

Alimentação Escolar

Outra importante contribuição do Programa Toda Criança na Escola em 2000 foi o repasse automático de R\$ 901,7 milhões para a alimentação escolar, beneficiando mais de 37 milhões de alunos, matriculados em 184.570 estabelecimentos de ensino. Mediante transferência periódica, sem formalização de convênio, esses recursos foram transferidos às secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal, às prefeituras municipais, às instituições federais e às escolas mantidas por entidades filantrópicas. Para 2001 estão previstos R\$ 920,2 milhões, que beneficiarão 37,7 milhões de alunos.

Programa Nacional de Alimentação Escolar (Merenda Escolar) número de alunos atendidos



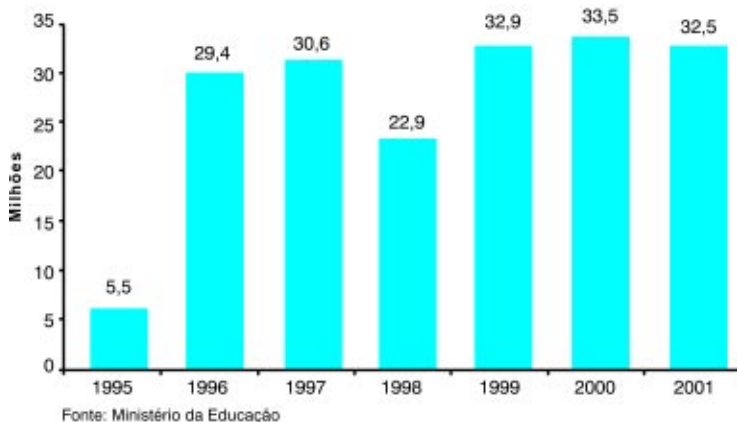
Fonte: Ministério da Educação



Livro Didático

Para o período letivo de 2001, pela primeira vez, ocorreu o processo de distribuição dos livros para 32,5 milhões de alunos três meses antes do início das atividades escolares. Os recursos, da ordem de R\$ 486,5 milhões oriundos do orçamento de 2000, propiciaram também a inclusão de 20 milhões de Dicionários da Língua Portuguesa, entregues a todos os alunos de 1ª a 4ª séries, perfazendo distribuição total de 110 milhões de livros.

Programa Nacional do Livro Didático número de alunos beneficiados

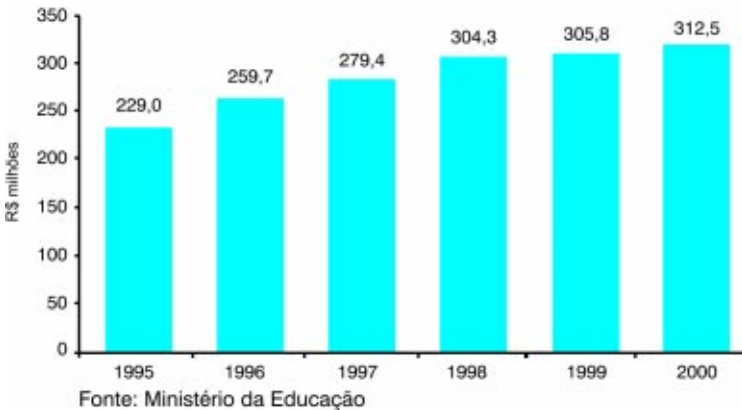


O Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, iniciado em 1995, atende à política de descentralização dos recursos públicos, cobrindo todas as regiões do País. De 1995 a 2000 foram repassados R\$ 1,7 bilhão destinados as escolas públicas e de educação especial mantidas por organizações não-governamentais - ONGs, com o objetivo de suprir suas necessidades básicas de funcionamento, incluindo-se, além da manutenção da unidade



escolar, capacitação e aperfeiçoamento de professores, avaliação de aprendizagem, implementação de projeto pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais. Dessa forma, foram atendidas cerca de 130 mil escolas/ano, sendo que cerca de 87 mil nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e, aproximadamente, 45 mil nas Regiões Sul e Sudeste.

Programa Dinheiro Direto na Escola Recursos repassados

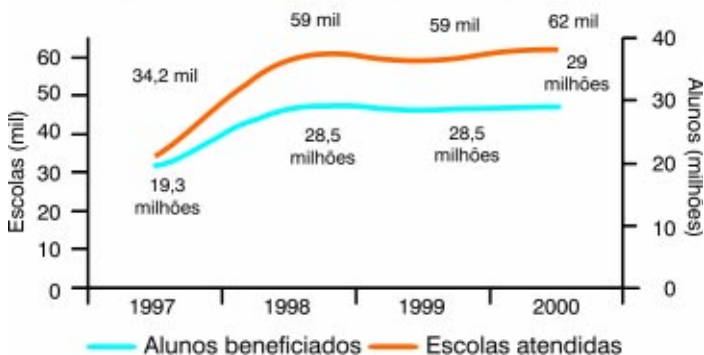


O Fundo de Fortalecimento da Escola - FUNDESCOLA, proveniente de acordo entre o Ministério da Educação e o Banco Mundial (MEC/BIRD), vem atendendo as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com ações realizadas diretamente, sem repasse de recursos, como doação de equipamentos de informática às Secretarias Municipais de Educação, implantação da Escola Ativa em 1281 municípios, beneficiando 52.132 alunos, e o desenvolvimento de Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação - PRASEM, com vistas à melhoria da gestão educacional.



A tecnologia também está presente nas reformas educacionais. Prova disso é a TV Escola, que beneficia cerca de um milhão de professores e 28 milhões de alunos. As escolas recebem televisão, videocassete, antenas parabólicas e, por meio de fitas educacionais e um canal exclusivo via satélite, têm acesso a uma programação educativa de alta qualidade.

Educação a distância - TV Escola



Fonte: Ministério da Educação/Secr. Ensino a Distância



Cultura

Patrimônio Histórico e Cultural

Na área do patrimônio histórico, artístico e arqueológico foram desenvolvidas ações com o objetivo de promover a restauração dos bens de caráter histórico-cultural.

O Programa Monumenta: Preservação do Patrimônio Histórico, parceria do Ministério da Cultura com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e com a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO, permite financiar a preservação do patrimônio histórico nacional.

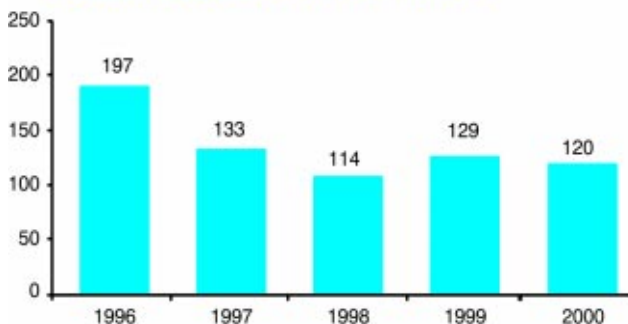
É o maior investimento já feito na preservação do patrimônio num único período de governo, mobilizando, em sua primeira etapa, mais de US\$ 200 milhões. Os recursos provêm de três fontes: US\$ 62,5 milhões de empréstimo do BID; US\$ 62,5 milhões do orçamento da União e contrapartida dos estados e municípios; e o restante de instituições financeiras e empresas.

O projeto Resgate, como parte das comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, promoveu o repatriamento de mais de 300.000 documentos da nossa história colonial, guardados no Arquivo Ultramarino de Lisboa e em outros países europeus. Até 1999 foram microfilmados cerca de 200.000 documentos e quase 40.000 documentos em 2000.

No âmbito do Programa Brasil Patrimônio Cultural, que desenvolve ações voltadas para o patrimônio cultural não abrangidas pelo Monumenta, foram conservados, revitalizados e/ou restaurados 693 bens imóveis, no período 1996-2000.



Bens Imóveis Preservados/ Restaurados do Patrimônio



Fonte: Ministério da Cultura - IPHAN

Música e Artes Cênicas

Entre 1996 e 1999, os recursos destinados a ações voltadas para a música e para as artes cênicas apresentaram uma evolução de 18%, totalizando, no período, o valor de R\$ 66 milhões. Um grupo de 2.466 artistas recebeu apoio financeiro para participar de eventos e de intercâmbios culturais, ampliando suas possibilidades de aperfeiçoamento profissional e difundindo manifestações culturais regionais. Foram distribuídos 54.810 materiais de música e de artes cênicas, entre livros, revistas, fitas de vídeo e CDs. Foi realizado investimento de R\$ 1,9 milhão em prol da implantação e/ou modernização de 97 teatros em todo o Brasil.

Por meio do Programa de Apoio a Orquestras, 34 orquestras brasileiras receberam apoio financeiro no valor de R\$ 3,8 milhões, com os quais foram desenvolvidas ações como aquisições e recuperações de instrumentos e de acervos, reformas de instalações físicas, realizações de concertos e gravações de CDs.

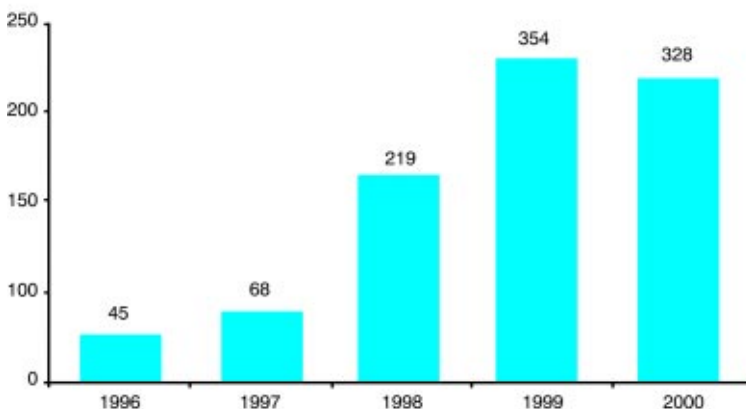


A criação e a manutenção de bandas de música nos municípios brasileiros têm contribuído para difundir a música instrumental no Brasil e socializar jovens e crianças. Desde 1996, já foram apoiadas mais de 1.300 bandas em todo o país.

Bibliotecas

A partir da segunda metade dos anos 90 vem sendo promovida a maior expansão do sistema de bibliotecas na história do Brasil. Entre 1996 e 2000, foram implantadas 1.014 novas bibliotecas em todo o país, com investimentos de cerca de R\$ 30 milhões. Tal conquista tem sido possível graças ao desenvolvimento do Programa Uma Biblioteca em Cada Município, concebido em 1995 e em execução desde 1996. O programa já possibilitou a criação de, aproximadamente, 2 mil novos empregos diretos.

Bibliotecas Implantadas

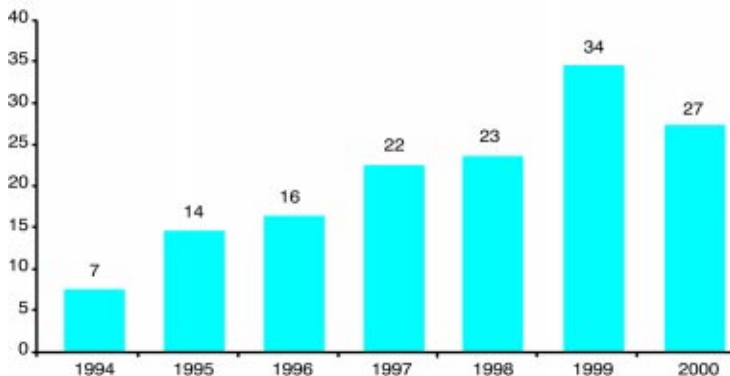


Fonte: Ministério da Cultura



Audiovisual

Produção Cinematográfica Nacional Filmes Realizados por Ano



Fonte: Ministério da Cultura

Entre 1990 e 1993, a produção audiovisual no Brasil foi de apenas cinco filmes, evoluindo para 117 no período de 1994 a 1999. Apenas no ano 2000 foram produzidos 27 filmes, totalizando produção de 144 obras no período de 1994 a 2000.

Até novembro de 2000, foram gastos em audiovisual recursos orçamentários da ordem de R\$ 10 milhões, o que viabilizou 81 projetos de produção, comercialização, distribuição e/ou exibição de curtas, médias e longas-metragens, bem como a premiação de roteiros e de documentários.

Filmes de longa metragem do gênero ficcional com orçamentos inferiores a R\$ 1 milhão contam com o firme apoio do governo. O Programa Cinema Brasil foi instituído em 1999 para premiar esses filmes inéditos, que terão veiculação em salas de cinema, TV, “home videos” e outros meios. Foram selecionados 11 filmes, que recebem financiamento de até 50% por parte do Ministério da Cultura.



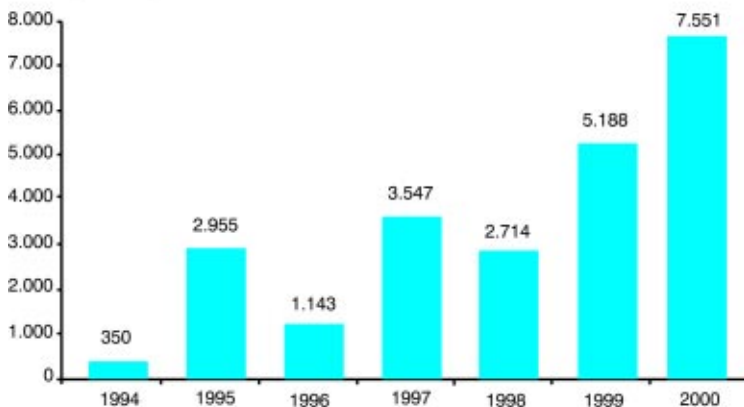
Meta relevante do programa é também aumentar de 8% para 20% a participação do cinema nacional no mercado de exibição.

O Projeto Cinema na Praça, criado em 1999, é um dos sustentáculos mais importantes da política audio visual, do qual faz parte “A Redescoberta do Cinema Nacional”. O Cinema na Praça está voltado para a formação de público e para a consolidação da indústria cinematográfica no país, com base na idéia do cinema itinerante.

O primeiro objetivo do projeto é levar o cinema ao povo, fazendo com que um crescente número de brasileiros assistam a filmes nacionais. Busca também divulgar os temas básicos de nossa formação social, cultural e histórica, fazendo com que cada brasileiro se veja num espelho e se reconheça. Não menos importante é o objetivo de fortalecer o espírito de cidadania.

O Projeto Cinema na Praça, nas primeiras 15 sessões realizadas, atingiu a um público de 7.650 espectadores.

Espectadores de Filmes Brasileiros (em mil)



Fonte: Ministério da Cultura



O número de espectadores de produções cinematográficas brasileiras, que em 1994 não ultrapassou 350 mil, em 2000 atingiu a marca dos 7,5 milhões de espectadores. Houve um acréscimo de mais de 2 milhões e 300 mil, em relação ao ano de 1999, resultado extremamente positivo.



Saúde

Saúde no Brasil é um direito assistido pela Constituição Federal e se baseia nos princípios de universalidade, eqüidade e integralidade. O Sistema Único de Saúde - SUS compõe uma das maiores redes de saúde pública do mundo. Atua de maneira descentralizada e coloca nas mãos dos estados e municípios a execução das ações e serviços. A gestão do sistema conta também com a participação da sociedade, que atua por intermédio de conselhos estaduais e municipais de saúde, no planejamento e controle das ações implementadas pelo governo.

Em 2001, de cada R\$ 10,00 gastos em saúde pública, R\$ 7,00 são provenientes do governo federal.

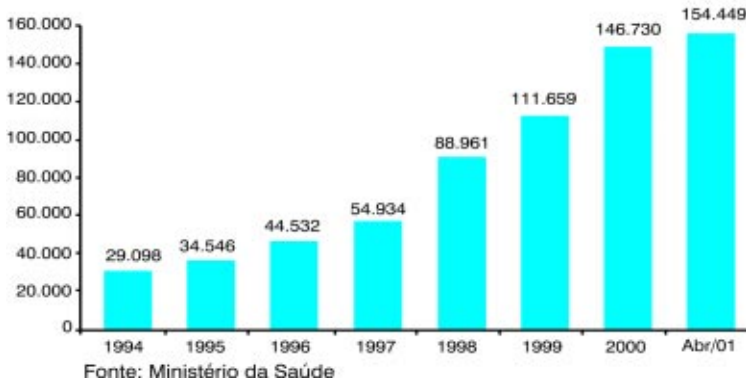
O processo de descentralização da execução das ações e dos recursos na área da saúde foi intensificado mediante transferência automática e regular de recursos federais do SUS. As transferências ocorrem diretamente do Fundo Nacional de Saúde para os fundos estaduais e municipais, conhecidas como repasse fundo-a-fundo. Paralelamente, o modelo assistencial também vem sendo reorganizado em novas bases e critérios, em que a prioridade está no caráter preventivo e na atenção integral à saúde.

O Programa Saúde da Família é o eixo estruturante do novo modelo de assistência à saúde, tendo por objetivo ampliar o acesso da população aos serviços básicos de saúde, por meio de Agentes Comunitários e de Equipes de Saúde da Família.

Os mais de 154 mil Agentes Comunitários de Saúde em atuação no país são responsáveis pelo monitoramento mensal de mais de 91 milhões de pessoas em 4.719 municípios. O número de Agentes Comunitários de Saúde, que em 1994 era inferior a 30 mil, foi multiplicado por cinco em apenas sete anos.

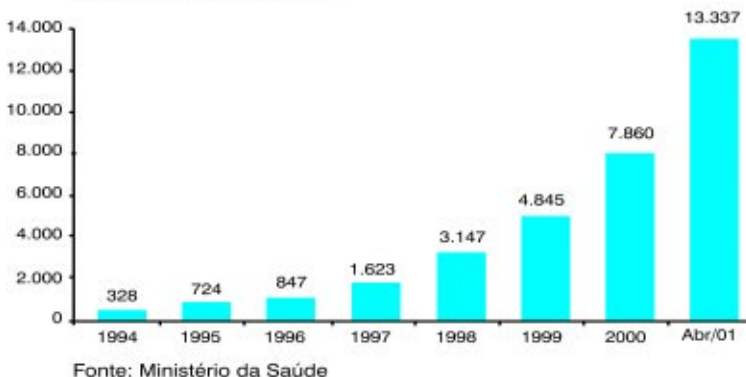


Agentes Comunitários de Saúde número de agentes



O Programa Saúde da Família tem por objetivo reorganizar a prática assistencial, substituindo o modelo tradicional orientado para hospitais e para a cura de doenças. Sua atenção está centrada na família, possibilitando às Equipes de Saúde atuar mais preventivamente e indo além da prática curativa. Em 2001 as 13.337 equipes, atuantes em 3.389 municípios, beneficiam cerca de 46 milhões de pessoas.

Saúde da Família número de equipes

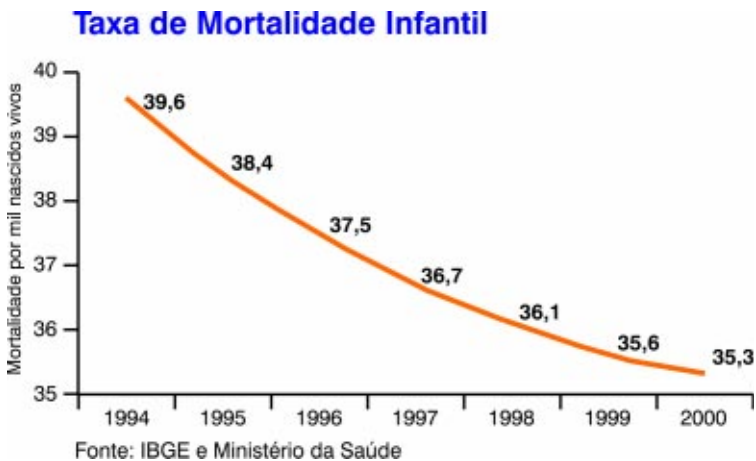




O Programa de Saúde da Criança e Aleitamento Materno foi responsável pela expansão da Rede Nacional de Bancos de Leite Humano também para 136 unidades. Considerada uma das melhores do mundo, a rede vem recolhendo cerca de 100 mil litros de leite humano por ano, beneficiando mais de 70 mil recém-nascidos de risco. Outra importante conquista do programa foi a vacinação de 17,2 milhões de crianças de 0 a 5 anos em todo o país.

Os indicadores refletem sensível melhoria das condições básicas de vida das crianças nessa faixa etária: as internações por diarreia registraram, no período de 1995 a 1999, queda de 50%; na área urbana, o aleitamento materno de crianças até os seis meses de idade evoluiu de 47%, em 1989, para 84,1%, em 1999.

A mortalidade infantil em crianças com até um ano de idade, por mil nascidos vivos, decresceu de 47,8, no início da década de 1990, para 35,3 em 2000.





Em 2001 a expectativa é a de que essa redução chegue a 32,4, o que significa que em 2001 se terá evitado a morte de mais de 320 mil recém-nascidos.

Na área de alimentação e nutrição, destaca-se o Programa Alimentação Saudável, que visa à redução e ao controle da desnutrição e das carências por micronutrientes nos serviços de saúde, bem como à promoção da alimentação saudável nos diferentes ciclos da vida.

Os principais resultados alcançados em 2000 apontam para a evolução dos números do ICCN – Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais: a meta de qualificação de 4.600 municípios, estabelecida para o ano, foi superada, atingindo 5.026 municípios em todas as unidades da federação, com mais de 870 mil beneficiários. Os repasses de recursos a estes municípios foram da ordem de R\$ 12,8 milhões mensais para o combate à desnutrição.

Por fim, o programa ampliou a suplementação de vitamina A, utilizando a estrutura das Campanhas Nacionais de Multivacinação, dos serviços de atendimento à criança e por meio dos Agentes Comunitários de Saúde em todos os municípios da Região Nordeste e muitos do Vale do Jequitinhonha (MG), áreas caracterizadas como endêmicas.

A redução da incidência da AIDS no Brasil é uma conquista dos programas de saúde nos últimos três anos. Hoje, podemos dizer que a epidemia ainda cresce, mas a taxas decrescentes.

Em 1995 o número de casos de AIDS no Brasil era de 11,9 para cada 100 mil habitantes. Em 1996 esse número subiu para 14 por 100 mil e manteve-se nesse patamar, com oscilação de cerca de 0,5 por cem mil até 1998.

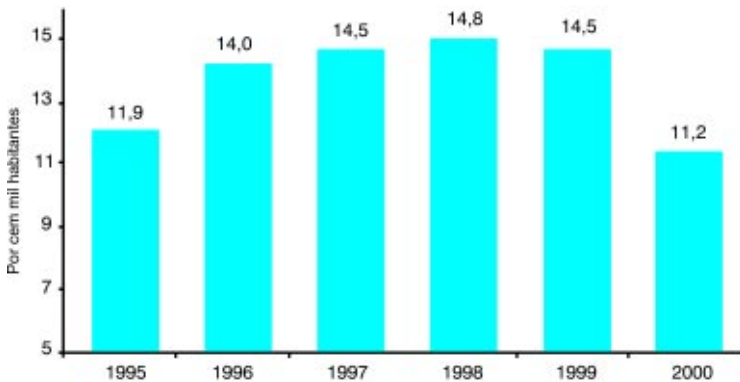
A partir de 1999 o quadro começou a mudar. Naquele



ano o Ministério da Saúde credenciou 150 hospitais-maternidades para tratamento com AZT injetável, o que reduziu em até 70% a transmissão do vírus para o recém-nascido.

Em 2000 foram adquiridos e distribuídos medicamentos anti-retrovirais para 90 mil pessoas portadoras do HIV/AIDS. Iniciou-se a produção nacional de similares e genéricos, o que garante a redução de custos e a sustentabilidade da política de universalização do acesso aos anti-retrovirais.

Incidência Anual de Casos de AIDS



Fonte: Ministério da Saúde

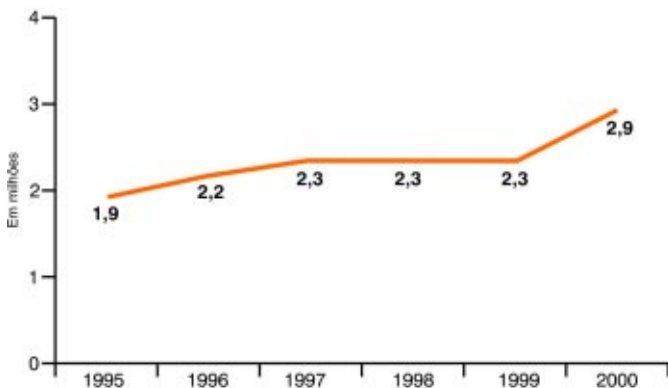
Em 2001, no âmbito do Programa Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e da AIDS, o número de mulheres atendidas com ações de prevenção cresceu 193%. Além das medidas voltadas para o esclarecimento sobre riscos de contato, 200 milhões de preservativos foram distribuídos à população pelo Ministério da Saúde, o que corresponde a 40% do total consumido no país.



Previdência Social

Em 2000, a Previdência Social concedeu 2,95 milhões de novos benefícios, um crescimento de 31% em relação a 1999, quando foram concedidos 2,25 milhões.

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos 1995 - 2000



Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social

O expressivo aumento na concessão de benefícios é explicado principalmente pela concessão do salário-maternidade, conforme a Lei nº 9.876/99, que ampliou a cobertura do benefício a todas as seguradas da Previdência Social e também transferiu a sistemática de pagamentos das empresas para o INSS.

A concessão do salário-maternidade destaca-se pelo aumento de quase 400% nesse ano, dando um salto de 166,9 mil concedidos em 1999 para 829,1 mil em 2000, dos quais 427,6 mil benefícios (mais de 50%) foram para as seguradas especiais, fruto do esforço realizado pela Previdência Social e por entidades organizadas da área

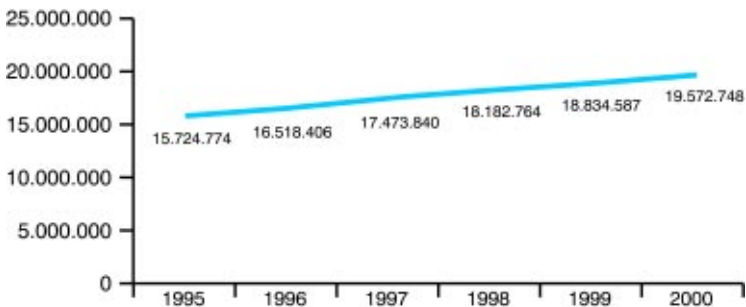


rural no que tange à conscientização do trabalhador rural em relação aos seus direitos.

A reforma previdenciária já mostrou seus resultados benéficos no que diz respeito à concessão de aposentadorias por tempo de contribuição. Esta concessão confirmou a tendência de queda devido à contenção das aposentadorias precoces, corrigindo assim distorções que existiam antes da reforma constitucional da Previdência.

Considerando o estoque, durante o ano 2000, foram pagos mensalmente, em média, 19,5 milhões de benefícios previdenciários, ou seja, 3,9% a mais que em 1999. A grande maioria desses benefícios são aposentadorias e pensões, que representaram 82,9% do total de benefícios pagos em 2000.

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social posição em dezembro de 2000



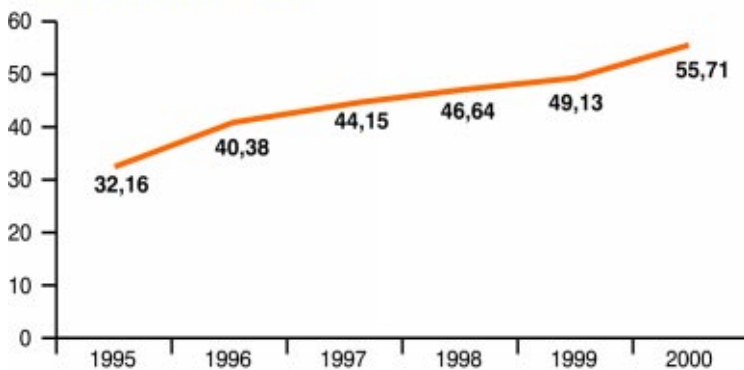
Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social - MPAS

As receitas da Previdência Social em 2000 apresentaram desempenho 13,4% superior ao de 1999, com arrecadação de R\$ 55,7 bilhões. Esse aumento na arca-



dação deveu-se a dois fatores: os impactos da reforma da Previdência e a recuperação do nível de empregos formais. Dentre as medidas impostas pela reforma destacam-se a retenção, o recolhimento da justiça do trabalho, os depósitos judiciais, os certificados da dívida pública, o salário-maternidade e a regularização de dívidas municipais. Somente essas medidas totalizaram um incremento de R\$ 3,7 bilhões na arrecadação.

Evolução da Arrecadação Líquida R\$ bilhões correntes



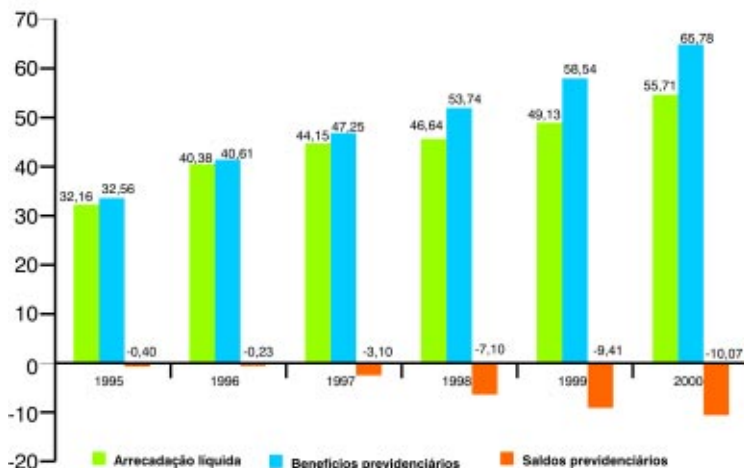
Fonte: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

O déficit previdenciário em 2000 totalizou R\$ 10,07 bilhões, 7,01% superior ao verificado em 1999. Como indica o gráfico, o crescimento do déficit foi bastante atenuado se comparado aos períodos anteriores. Esse resultado é fruto do menor crescimento da despesa em relação ao aumento das receitas.



Evolução da Arrecadação Líquida

Despesas com benefícios previdenciários e saldo previdenciário 1995 - 2000 - R\$ bilhões correntes



Fonte: INSS

Um dos principais componentes para a atenuação do déficit foi o resultado da reforma previdenciária. As mudanças nas condições de elegibilidade das aposentadorias por tempo de serviço, fruto da reforma, além de afetarem positivamente as receitas estendendo o período contributivo, também diminuem os gastos no curto prazo, postergando a concessão de benefícios.

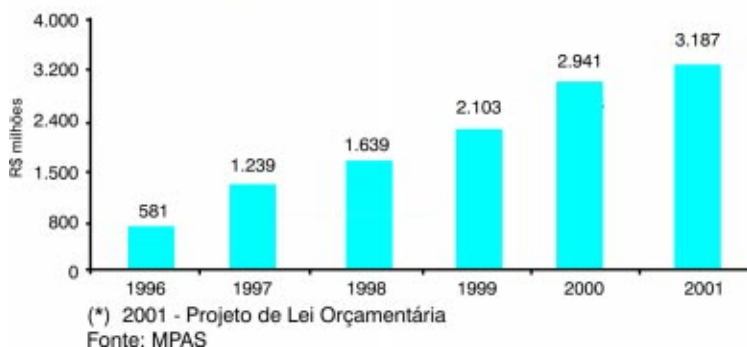
Além disso, o aquecimento no mercado de trabalho verificado em 2000 gerou resultados positivos, já que vem ampliando a base da arrecadação previdenciária através da criação de mais empregos formais.



Assistência Social

Nos últimos anos tem sido significativa a expansão dos recursos em Assistência Social. O volume aplicado na prestação de serviços e pagamento de benefícios assistenciais pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS passou de R\$ 580 milhões em 1996 para R\$ 2,9 bilhões em 2000 – um crescimento superior a quatro vezes.

Fundo Nacional de Assistência Social Recursos Aplicados - 1996 a 2000



O Programa Valorização e Saúde do Idoso vem dando continuidade à campanha de vacinação contra gripe, difteria e tétano. Quando do seu lançamento, em 1999, a campanha foi direcionada para a população acima de 65 anos, tendo sido aplicadas 7,5 milhões de doses. A população-alvo foi ampliada em 2000, e incluídas na vacinação pessoas com mais de 60 anos. Foram aplicadas ao todo 9,3 milhões de doses, o que corresponde a uma cobertura de 70% da população nessa faixa etária, índice considerado expressivo até mesmo em países desenvolvidos.

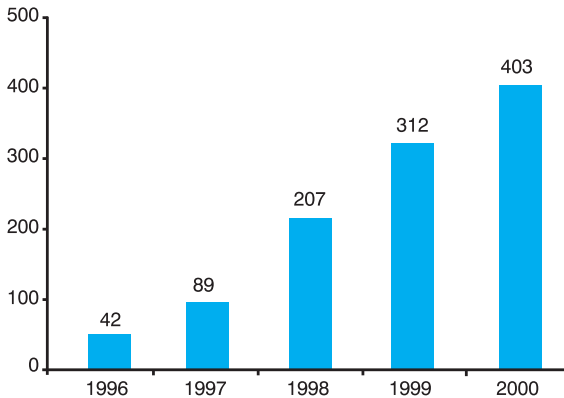


Ano	Quantidade de doses	% da população de idosos atendida
1999	7,5 milhões	56%
2000	9,3 milhões	70%

Fonte: Ministério da Saúde

No âmbito do programa foram assistidos 393 mil idosos em diversas modalidades: asilos, domicílios, centros de convivência, entre outras, sendo aplicados cerca de R\$ 32,6 milhões. O programa tem assegurado o atendimento de necessidades básicas, buscando a integração na família e na comunidade.

Benefícios de Prestação Continuada Quantitativo de pessoas idosas beneficiadas

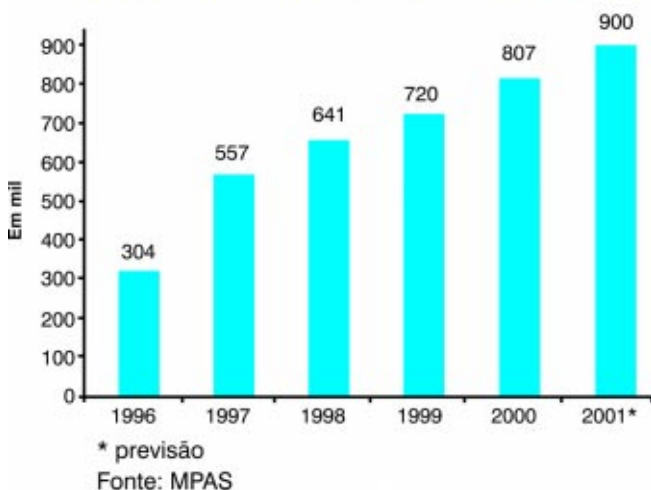


Em 2000 foram gastos R\$ 639,5 mil com o pagamento de benefícios de prestação continuada a 403 mil pessoas idosas com renda familiar per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Concedido desde 1996, o número de beneficiários cresceu mais de oito vezes.



O Programa Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência (segmento da rede conveniada que presta serviços de ação continuada) utilizou R\$ 68,8 milhões no atendimento de 141 mil pessoas carentes portadoras de deficiência. Cerca de 807 mil pessoas carentes portadoras de deficiência e incapacitadas para o trabalho foram beneficiadas com um salário mínimo mensal. Em 2001 a previsão é alcançar 900 mil pessoas nessas condições.

Benefícios de Prestação Continuada pessoas portadoras de deficiência beneficiadas

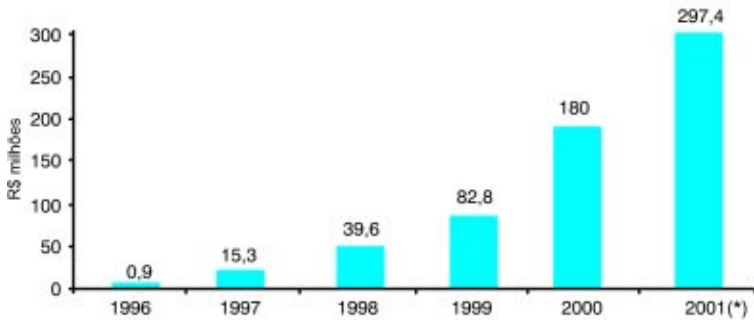


Dois programas na área de assistência social destinam-se à faixa etária de 7 a 14 anos: Erradicação do Trabalho Infantil e Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.



Para a erradicação do trabalho infantil foram gastos R\$ 180 milhões em 2000. O programa promoveu o ingresso, o retorno e garantia de permanência de 395 mil crianças e adolescentes nas escolas, em 976 municípios. Em 2001, pretende-se alcançar 651 mil crianças e adolescentes.

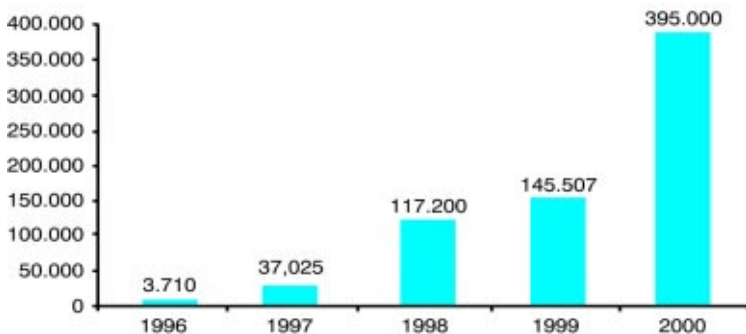
Erradicação do Trabalho Infantil evolução dos dispêndios



(*) 2001 - Projeto de Lei Orçamentária

Fonte: MPAS

Erradicação do Trabalho Infantil nº de crianças e adolescentes atendidos



(*) 2000 -Previsto

Fonte: MPAS



Implantado inicialmente em 1997, no Estado do Amazonas, como resposta às denúncias internacionais de exploração sexual de crianças na região amazônica, o programa Combate ao Abuso e à Exploração de Crianças e Adolescentes foi reformulado e ampliado. Foram investidos cerca de R\$ 5 milhões no financiamento de ações sócio educativas de caráter preventivo e de atendimento especializado de casos notificados, em vários municípios, beneficiando 31,2 mil crianças.

No âmbito do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CONANDA, foram aprovados o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, as reestruturações do sistema nacional de notificação de denúncias de violência sexual infanto-juvenil e a Rede de Informação sobre a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.



Redução da Pobreza

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 1999 (PNUD/IPEA) estima a renda *per capita* do Brasil em US\$ 4,271 e um grau de pobreza da ordem de 28%. Segundo esse Relatório, a proporção de pobres prevista pela norma mundial para países com renda *per capita* como a do Brasil seria de 8%. Parece claro, assim, que a redução da pobreza e da indigência no Brasil passa necessariamente pela melhoria na distribuição da renda.

A combinação de crescimento da renda *per capita* nacional em 4% ao ano até 2005, com redução da desigualdade em 10%, derrubaria a pobreza pela metade, ou seja, mais de 25 milhões de brasileiros deixariam a perversa condição de pobres até aquele ano.

Com a despolitização dos projetos sociais, foram criadas na área social novas pontes entre o esforço indispensável do governo e a iniciativa essencial da sociedade. Na luta contra a exclusão social no Brasil, o muito que fizemos desde 1995 ainda é pouco. São cinco séculos de exclusão. É uma herança histórica de injustiça alimentada por escravidão, latifúndio, industrialização concentradora de renda e autoritarismo político socialmente excludente.

Outro traço característico da pobreza e da indigência brasileiras é seu viés regional. A proporção de pobres na Região Nordeste em relação à população total é de 60% e a de indigentes de 32%, enquanto na Região Sudeste essas proporções são de 20% e 6%, respectivamente.

Entre as principais causas da pobreza no Brasil incluem-se também: o baixo nível educacional, que constitui barreira à entrada da população pobre no mercado de trabalho ou em postos de trabalho com melhor remuneração; as famílias chefiadas por mulheres ou por homens pardos ou negros têm maior probabilidade de serem pobres; e as condições inadequadas de saneamento dos domicílios pobres prejudicam a qualidade de vida e agravam o quadro da pobreza.



O combate à pobreza é uma tarefa imperiosa, que o governo federal chamou para si por meio de uma série de políticas de resgate da condição social implementadas ao longo dos últimos seis anos.

A estabilidade dos preços, conquistada com o fim da inflação, foi a primeira batalha vencida contra a exclusão social. Teve efeito direto na renda da população. Também permitiu melhor planejamento do gasto público por parte do governo, que focalizou suas ações nos mais pobres.

O efeito da estabilização sobre a qualidade de vida dos brasileiros, sobretudo a dos mais humildes, é inegável. Afastou a recessão e o desemprego, proporcionando melhores condições de alimentação, moradia, vestuário, educação e saúde.

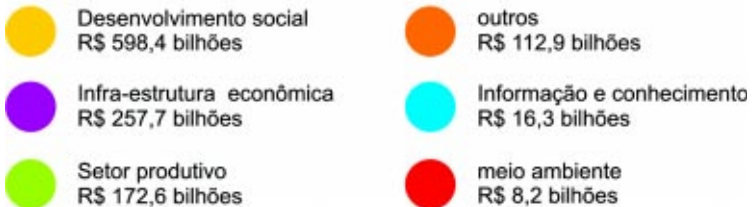
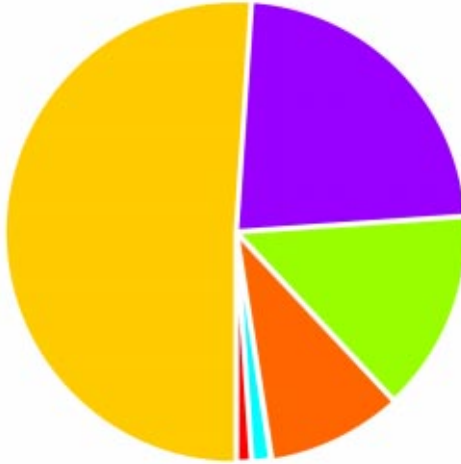
Essa melhoria da gestão do gasto público ocorre por meio de um conjunto de programas e pela introdução de um modelo de gerenciamento voltado para resultados. Seus investimentos privilegiam o desenvolvimento social, sem perder de vista a necessidade de implementação nos setores de infra-estrutura econômica, meio ambiente, informação e conhecimento.

Diversos programas se situam no âmbito do combate à pobreza e à exclusão social, entre eles o Comunidade Ativa e o Projeto Alvorada.

O Comunidade Ativa atua na organização e mobilização das comunidades mais pobres. Assistidas pelo programa, estas comunidades são organizadas para reivindicar melhorias e receber os benefícios das ações sociais implementadas pelo governo, aumentando seu aproveitamento. Também atuando nos municípios mais pobres do país, o Comunidade Ativa tem por objetivo induzir o processo de desenvolvimento local integrado e sustentável, por meio de parcerias e a partir de uma agenda definida pela própria comunidade.



Distribuição dos recursos do Plano Avança Brasil PPA 2000 - 2003



Com uma concepção profundamente inovadora, na qual não se separa o desenvolvimento econômico do desenvolvimento social, a ênfase do Comunidade Ativa é no capital humano e social, no capital empresarial e no acesso à informação. A sinergia entre políticas públicas em nível local deve dar a partida num processo contínuo de mobilização da comunidade que, em pouco tempo, não dependa mais do governo para se manter e se ampliar.



Até o final de 2001, 15 mil lideranças comunitárias e representantes dos fóruns populares de decisões passarão por programas de capacitação.

A principal meta é, até dezembro de 2002, atender de forma articulada mais de dez mil itens de agendas locais decididas pela população dos municípios vinculados ao programa. Desses itens, o governo federal responsabiliza-se por 35% das ações, os estados por 33%, os municípios por 21% e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE pelos restantes 11%.

Predominam nas agendas locais atividades vinculadas à agricultura, ao aperfeiçoamento da agricultura familiar, agroindústrias, turismo, saúde, saneamento, gestão ambiental e programas educacionais, de capacitação de mão-de-obra e infra-estrutura. A meta é atingir pelo menos mil municípios até 2002.

Integrados e complementares, dois outros programas também lutam contra a exclusão: o Comunidade Solidária e o Brasil Empreendedor. Articulando parcerias com o setor privado, organizações não-governamentais e universidades, o Comunidade Solidária desenvolve três grandes programas: Alfabetização Solidária, Universidade Solidária e Capacitação Solidária. O Brasil Empreendedor, por seu turno, dedica-se a apoiar a micro, pequena e média empresa, com a criação e manutenção de postos de trabalho e geração de renda.

O Projeto Alvorada atende à necessidade de um gerenciamento intensivo nas diversas ações e programas federais de infra-estrutura social, capazes de melhorar a condição de vida nos municípios mais carentes.

O Fundo de Combate à Pobreza, criado por emenda constitucional de iniciativa do Congresso Nacional, será um complemento substancial para a custeio do Projeto Alvorada.



A primeira etapa do projeto, denominada Plano de Apoio aos Estados com Menor Desenvolvimento Humano, contam, no período 2000-2002, com recursos previstos de R\$ 11,6 bilhões, dos quais R\$ 4,2 bilhões virão do Fundo de Combate à Pobreza. São ações nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento socioeconômico, incluindo os programas de saneamento e Bolsa-Escola. Na segunda etapa do projeto, chamada de Infra-estrutura Social Básica para Microregiões e Municípios Carentes, os recursos para os próximos dois anos somam R\$ 1,7 bilhão: R\$ 1,1 bilhão do Orçamento da União e R\$ 600 milhões do Fundo de Combate à Pobreza.



Plano Nacional de Segurança Pública

O Plano Nacional de Segurança Pública tem por objetivo prevenir e reprimir o crime. O Plano, apresentado pelo governo federal no segundo semestre de 2000, relaciona 124 ações ordenadas em 15 compromissos, envolvendo inúmeros temas, como o combate ao narcotráfico, o desarmamento da sociedade, o reaparelhamento das polícias e a redução da impunidade, traduzindo assim o empenho do governo no combate à criminalidade. Além disso, estão sendo implementadas ações de prevenção primária, mediante a focalização e integração de programas do Plano Avança Brasil que atuam na melhoria das condições sócio-econômicas em áreas de risco e bolsões de violência.

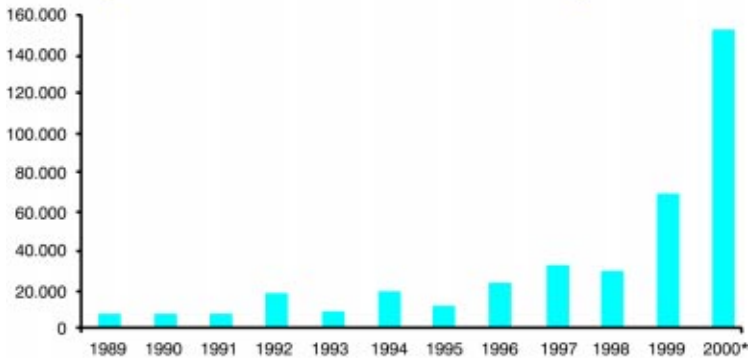
Na vertente da repressão, um dos principais compromissos é o combate ao narcotráfico e ao crime organizado. Com a inauguração de 18 novas delegacias da Polícia Federal, a aquisição de 900 novas viaturas e a realização de operações integradas entre as polícias Federal, Rodoviária Federal, Civil e Militar, surgem resultados expressivos: em 2000 a apreensão de 156 toneladas de maconha, foi maior que o dobro alcançado em 1999 e de mais de três vezes e meia em comparação à média do quadriênio 1996-1999.

Os resultados da repressão a drogas seguem crescendo em 2001: até abril já foram apreendidas 96 toneladas de maconha e 1.592 kg de cocaína. A intensificação das operações nos 26 estados e no Distrito Federal deve mobilizar neste ano cerca de 45 mil agentes.

O governo federal, em resposta à crescente onda de violência e criminalidade no País, adotou várias iniciati-



Apreensões de Maconha em Kg



Fonte: Ministério da Justiça / DOPS / SDF

vas direcionadas para a segurança do cidadão e da sociedade. Para a viabilização do Plano, foi criado o Fundo Nacional de Segurança Pública, que conta com recursos do Tesouro Nacional no valor de R\$ 1,3 bilhão, no período 2000 a 2002, destinados prioritariamente ao Programa Segurança do Cidadão, com projetos de reaparelhamento e treinamento das polícias estaduais, policiamento ostensivo, implantação da polícia comunitária e de sistema de acompanhamento das polícias.

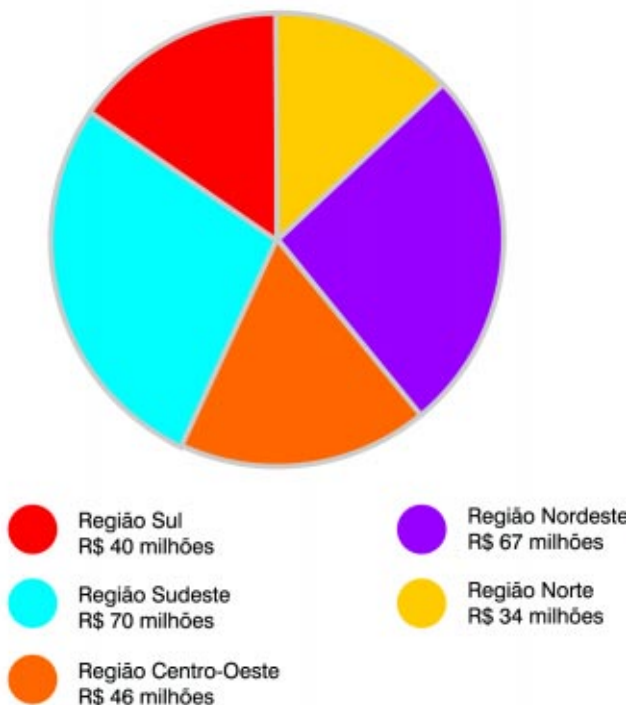
Em 2000 cerca de R\$ 257 milhões foram aplicados na compra de armamentos e munição; construção, reforma e ampliação de instalações policiais e prisionais, viaturas, aeronaves e na capacitação profissional.

No aperfeiçoamento do Sistema Penitenciário houve repasses da ordem de R\$ 102 milhões para os estados, nas áreas de construção e reforma de presídios, cadeias e delegacias, projetos de ressocialização, educação, profissionalização de presos e mutirões penitenciários.

A estratégia de prevenção busca melhor focalização e integração dos programas sociais das três esferas de



Distribuição dos recursos do Programa Segurança do Cidadão



Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

governo. O objetivo é promover o aumento da eficiência na implementação das ações e à obtenção de melhores resultados no atendimento das necessidades das populações residentes nos chamados bolsões de violência das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória e Recife, caracterizadas pelos mais altos índices de violência do país.



Trata-se de grande esforço conjunto para integração de ações nas áreas de Educação, Cultura, Esporte, Saúde, Saneamento, Habitação e Geração de Emprego e Renda, em benefício das populações mais atingidas pela violência.



A Reforma do Estado

A reestruturação da administração federal tem por objetivo adequar o Poder Executivo a um novo momento da vida nacional. Um tempo de exigências cada vez maiores, por parte da sociedade, com relação ao papel do estado. Sua atualidade reflete as transformações que vêm ocorrendo nas relações entre as esferas pública e privada, entre a sociedade, e os governos estaduais e municipais. Como resultado dessa reorganização, o Estado empresário vai dando lugar ao mercado, ao mesmo tempo em que assume seu papel regulador e fiscalizador.

O Estado reforça seu papel regulador, fiscalizados, bem como indutor e realizador de ações na área social.

Com a economia estabilizada, o desafio do desenvolvimento exigiu do Governo uma profunda reforma do Estado e a revisão dos conceitos que regem suas relações com a sociedade. O modelo estatal anteriormente em vigor tinha pouca capacidade de investimento, redundava num estilo de gestão antiquado e patrimonialista, sobrecarregando as instituições com tarefas empresariais.

Assim, o ciclo de reformas iniciado com as privatizações foi mais do que uma simples operação de venda de ativos para investidores. Foi parte de um processo de profunda transformação institucional, visando diminuir as políticas estatais na economia, e, com isto, reduzir o déficit público, criar novas oportunidades de investimento e fortalecer o mercado através da competição.

Ao redirecionar serviços públicos, através da concessão de sua exploração à iniciativa privada, o Estado viu-se obrigado a montar uma estrutura de regulação econômica e fiscalização dos serviços concedidos, criando um ambiente de maior segurança e confiabilidade à pessoa e à comunidade. Para tanto, foram



implementadas as Agências Reguladoras, que formam um novo modelo institucional.

Ao criar uma agência, o Governo determina que esta estabeleça para as empresas privatizadas ou concessionárias, vários critérios de melhoria no atendimento e prestação de serviços ao público, além do aumento da oferta desses serviços e de padrões de eficiência e transparência na condução de suas atividades. Estruturadas como autarquias, com independência financeira, administrativa e mandato de seus dirigentes, as agências reguladoras estão vinculadas aos ministérios e organizadas por modalidade de serviços.

Atualmente existem seis agências:

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações: é responsável pela política de implementação, regulação e fiscalização de serviços que vão das concessões de televisão por assinatura e seus compromissos com a comunidade, até a fiscalização dos serviços de telefonia.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica: tem a importante tarefa de regular e fiscalizar os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia.

ANP - Agência Nacional de Petróleo: desempenha papel estratégico na regulação e fiscalização de toda a política de produção de petróleo e gás natural.

ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar: regula e fiscaliza as atividades na área de saúde complementar e planos de saúde.

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária: ocupa-se da área de vigilância sanitária.

ANA - Agência Nacional de Águas: tem a função de fiscalizar e regular os recursos hídricos.

Encontram-se em tramitação no Congresso Nacional projetos de lei que criam a Agência Nacional de Trans-



porte Terrestre e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, como complementação ao projeto de lei que cria a Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC.

Toda esta estrutura reguladora e fiscalizadora tem um propósito de grande significado para a sociedade. É a substituição do antigo modelo de Estado produtor em favor de uma máquina estatal mais eficiente e adequada à sua finalidade essencial. Um Estado voltado para o interesse coletivo, gerido por um governo que realmente funcione, tanto no atendimento das demandas da sociedade, quanto na normatização das atividades exercidas pelas empresas privadas, pelas organizações sociais e pelo cidadão.

Um importante destaque no contexto de reestruturação das relações do poder público com a sociedade é o Terceiro Setor. Hoje, todo um segmento de organizações não-governamentais – financiadas pela iniciativa privada – se mobiliza em torno de questões voltadas à promoção do bem comum. O Terceiro Setor permite que novas alternativas surjam, a partir de esforços colaborativos entre Estado e Sociedade Civil, em que o interesse público seja o objetivo final.

Em oposição às normas impessoais dos governos, e contrário à busca do lucro e do ganho pessoal, característico do mercado, surge a necessidade de um esforço conjunto entre os diferentes agentes da sociedade: empresas, poder público, organizações comunitárias e não governamentais. Estas iniciativas não são incompatíveis com políticas públicas, eficientes e responsáveis. Ao contrário, partem delas as ações que permitem refletir de modo mais abrangente os objetivos comuns entre iniciativa privada, estado e sociedade.

O Estado nada mais é do que a sociedade politicamente organizada. A sociedade o institui como instân-



cia de sua própria representação. Portanto, é altamente válido que o Governo, executor das políticas determinadas no âmbito do Estado, proporcione ao conjunto da sociedade um maior acesso às suas ações.

No Brasil de hoje, ao mesmo tempo em que a economia vai se adequando aos novos desafios mundiais, o Governo Federal adota um modelo de gestão com ênfase na transparência dos recursos alocados e na ampla divulgação de seus desempenhos e metas alcançadas.

As ações do Governo, reunidas no Plano Avançar Brasil 2000-2003, estão organizadas na forma de programas voltados ao atendimento de demandas sociais. São 388 programas com metas claramente definidas. Para cada programa foi designado um gerente, responsável por seu desempenho. Este sistema de gerenciamento dos programas, uma verdadeira inovação em termos de políticas públicas, assegura ao Governo o acurado controle de custos e resultados.

Coordenando este esforço, um Sistema de Informações Gerenciais garante o acompanhamento em tempo real do andamento dos programas. As diferentes instâncias do Governo, seus gerentes e parceiros, estão permanentemente interligados por uma rede virtual, que oferece a informação essencial para as tomadas de decisão. Além disso, diversas ferramentas de divulgação, tais como páginas eletrônicas disponíveis na Internet, asseguram total permeabilidade, possibilitando que a população em geral disponha de informações e interaja com sugestões e críticas.

Mas a maior prova da transparência deste modelo de gestão está em seu sistema de avaliação. Produzido a partir de dados recolhidos diretamente do Sistema de Informações Gerenciais, o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual - Avançar Brasil oferece à aprecia-



ção da sociedade tudo aquilo que está sendo feito pelo Governo Federal e seus parceiros. Apresentado ao Congresso Nacional, este documento, com mais de 600 páginas, traz desde o andamento dos programas, seus desempenhos físicos e metas atingidas, até uma pormenorizada análise de seus resultados e recomendações para o futuro. De posse destas informações a sociedade sabe onde e como estão sendo aplicados os recursos que entrega na forma de tributos.

O Estado ficou diferente, e não menor. O que mudou foi seu papel frente à sociedade. Se antes havia a preocupação em reduzir fisicamente o tamanho da estrutura estatal, hoje já se percebe que esta mudança acontece na medida em que o Governo ganha um novo papel, mas sem renunciar à sua responsabilidade normatizadora, reguladora e fiscalizadora.



Reforma Agrária

As principais realizações no período entre 1995 e 2000 complementam-se em termos quantitativos e qualitativos e, assim, maximizam os resultados alcançados. No primeiro caso, cabe ressaltar que, entre 1995 e 2000, foram assentadas 465.751 famílias no âmbito do Programa de Reforma Agrária. Esse Programa foi complementado, nos últimos dois anos, pelo Banco da Terra, instrumento inovador que financia a aquisição de imóveis rurais com prazos de pagamento longos e encargos financeiros reduzidos, em áreas escolhidas pelos próprios beneficiários.



Além de sua expressão absoluta, esse número ganha importância quando se compara a média anual de assentamentos, de 77.500 famílias entre 1995 e 2000, contra a média anual de apenas 7.267 nos trinta anos posteriores à edição do Estatuto da Terra, quando foram assentadas cerca de 218 mil famílias. Considerando-se também a maior assistência oferecida pelo governo aos assentados, verifica-se que a qualidade do apoio governamental ao desenvolvimento agrário é outra dimensão importante a ser registrada.



O Brasil transformou-se em palco de profunda desconcentração de terras, fenômeno mais visível quando verificamos que passamos da 5ª posição entre os países de maior concentração para o 12º lugar.

Em síntese, entre os principais avanços qualitativos do desenvolvimento agrário promovidos no Brasil nos últimos anos estão: as medidas legais e administrativas visando aumentar a eficiência do processo de obtenção de terras e assentamento; a descentralização do processo de reforma agrária com maior participação das demais esferas estaduais e municipais de governo, representantes dos trabalhadores e da sociedade no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável; a democratização do acesso à terra por meio do Banco da Terra; a melhoria dos serviços de assistência técnica aos assentados; e o engajamento dos produtores emancipados no PRONAF.



COLEÇÃO DOCUMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PORTUGUÊS

1. DISCURSO DE DESPEDIDA DO SENADO FEDERAL
2. DISCURSO DE POSSE
3. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL - 1995
4. POLÍTICA EXTERNA - PRONUNCIAMENTOS (1º semestre de 1995)
5. POLÍTICA EXTERNA - PRONUNCIAMENTOS (2º semestre de 1995)
6. A NOVA FASE DA PRIVATIZAÇÃO
7. CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL
8. FATOS E DADOS SOBRE O BRASIL DO REAL
9. REAL, UM NOVO COMEÇO
10. PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA
11. PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA
12. DIREITOS HUMANOS: NOVO NOME DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA
13. PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO
14. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL - 1996
15. OS RUMOS PARA 1996
16. PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
17. SOCIEDADES INDÍGENAS E A AÇÃO DO GOVERNO
18. COMUNIDADE SOLIDÁRIA: TODOS POR TODOS
19. MERCADO DE TRABALHO E A GERAÇÃO DE EMPREGOS
20. POR UM BRASIL MAIS JUSTO - AÇÃO SOCIAL DO GOVERNO
21. UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
22. PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - 1995
23. BRASIL EM AÇÃO - INVESTIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO
24. POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL
25. GLOBALIZAÇÃO E OUTROS TEMAS CONTEMPORÂNEOS
26. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL - 1997
27. DOIS ANOS DE MUDANÇAS
28. REFORMA AGRÁRIA - CÔMPROMISSO DE TODOS
29. COMUNIDADE SOLIDÁRIA - RESULTADOS DE 2 ANOS DE TRABALHO
30. TRÊS ANOS DE REAL



31. PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - 1996
32. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MUDANÇA SOCIAL E EMPREGO
33. BRASIL EM AÇÃO - RESULTADO DO PRIMEIRO ANO
34. POR QUÊ REFORMAR A PREVIDÊNCIA? LIVRO BRANCO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
35. TRABALHO INFANTIL NO BRASIL - QUESTÕES E POLÍTICAS
36. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL - 1998
37. COMUNIDADE SOLIDÁRIA - TRÊS ANOS DE TRABALHO
38. TRECHOS DE PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - 1997
39. NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL - DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE
40. CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL
41. REAL: QUATRO ANOS QUE MUDARAM O BRASIL
42. PROGRAMA BRASIL EM AÇÃO - DOIS ANOS
43. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL - 1999
44. 5 ANOS DO REAL - ESTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO
45. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL - 2000
46. GOVERNO FEDERAL E OS COMPROMISSOS DA CÚPULA DE COPENHAGUE
47. 6 ANOS DO REAL. CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
48. PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
49. DIREITOS HUMANOS DIREITO DE TODOS - BALANÇO DA CIDADANIA
50. MENSAGEM AO CONGRESSO - 2001
51. A REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL

INGLÊS

1. 6 YEARS THE REAL PLAN - GROWTH AND SOCIAL DEVELOPMENT
2. COPENHAGEN + 5
3. FIVE YEARS OF THE REAL PLAN - STABILITY AND DEVELOPMENT
4. BRAZIL'S MACROECONOMIC STABILITY PROGRAM 1999-2001
5. THE REAL PLAN: FOUR YEARS THAT CHANGED BRAZIL



6. INTERVIEWS WITH THE PRESIDENT
7. BRAZILIAN NATIONAL DEFENSE POLICY
8. THREE YEARS OF THE REAL PLAN - BUILDING A BETTER BRAZIL
9. AGRARIAN REFORM IN BRAZIL
10. LABOR MARKET AND EMPLOYMENT GENERATION IN BRAZIL
11. NATIONAL PROGRAMME ON HUMAN RIGHTS
12. TWO YEARS OF CHANGE
13. THE IMPACT OF GLOBALIZATION ON DEVELOPING COUNTRIES: RISKS AND OPPORTUNITIES
14. BRAZIL 1996: FROM REFORM TO GROWTH
15. THE TELECOMMUNICATION SECTOR IN BRAZIL
16. THE RESULTS OF THE *REAL* PLAN
17. PRIVATIZATION ENTERS A NEW PHASE

FRANÇÊS

1. DEUX ANNÉES DE CHANGEMENTS
2. PROGRAMME DE STABILISATION FISCALE
3. BRÉSIL: DES RÉFORMES À LA CROISSANCE
4. PROGRAMME NATIONAL DES DROITS DE L'HOMME
5. COMMUNAUTÉ SOLIDAIRE: TOUS POUR TOUS
6. SOCIÉTÉS INDIGÈNES ET L'ACTION DU GOUVERNEMENT

ESPAÑHOL

1. REAL: CUATRO AÑOS QUE TRANSFORMARON A BRASIL
2. ENTREVISTAS CON EL PRESIDENTE
3. EL MERCADO DE TRABAJO Y LA GENERACIÓN DE EMPLEOS
4. DOS AÑOS DE CAMBIOS
5. PROGRAMA NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS
6. BRASIL, 1996 DE LAS REFORMAS AL CRECIMIENTO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação de Governo

Apoio Institucional

Ministério da Fazenda
Secretaria de Política Econômica
Banco Central do Brasil / Departamento Econômico

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Cópias adicionais desta publicação podem ser solicitadas à:

Presidência da República
Secretaria de Comunicação de Governo
Esplanada dos Ministérios - bloco A - 5º andar
Brasília - DF - CEP: 70.054-900
Telefones: (61) 411.4834 e 411.4837 Fax: (61) 321.2230
Endereço eletrônico: secom@planalto.gov.br
Página da internet: www.presidencia.gov.br